

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

PRESIDENTE – DEPUTADO EDUARDO BOTELHO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - (AUSÊNCIA DE VÍDEO)

...Estratégica para Resultados na SESP, Mato Grosso; Daniele Alencar, representando os estudantes portadores... PCDs de Santo Antônio de Leverger - cadê a Daniele? Quem que é? Muito bem, obrigado por ter vindo, Daniele.

Bom, a discussão hoje, que nós estamos dando início, é sobre o Projeto de Lei nº 1.576/2025, enviado pela Mensagem nº 133/2025, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2026.

A Lei Orçamentária que foi encaminhada para cá, com previsão constitucional nos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal, representada nos parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 162 da Constituição Estadual... A lei compreende: orçamento fiscal no primeiro item; no segundo item, o orçamento de investimento; no terceiro, orçamento da seguridade social.

E tem no parágrafo 6º que o Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Os orçamentos no parágrafo 5º, incisos I e II deste artigo, compatibilizados com o Plano Plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Isso é basicamente o que nós temos para discutir.

O valor encaminhado foi fixado no montante de 40 bilhões, 792 milhões, 580 mil e 503 reais, comparando-se com a Lei Orçamentária anual de 2025, cujo valor foi estabelecido em 37 bilhões, 76 milhões, 36 mil e 680 reais. Portanto, ele está colocando aqui um acréscimo de 3,7 bilhões em relação ao orçamento previsto que foi encaminhado para a Assembleia em 2024 para operar neste ano de 2025.

Nós vamos começar ouvindo o secretário adjunto para as explanações, para ele mostrar como que foi montada essa Lei Orçamentária, a estrutura dela, lembrando que essa Comissão é para analisar mais os critérios jurídicos, legais. As emendas e as movimentações vão ser feitas na Comissão de Orçamento, que o Deputado Carlos Avallone é o presidente e vai conduzir num segundo momento. Nesse primeiro momento, é esse o primeiro entendimento, de como que foi montado, como que chegou nisso e qual a legalidade para se ter esses números que o governo está propondo aqui.

Então eu passo para o secretário, depois nós vamos abrir para os Deputados e para alguns que queiram também participar, evidentemente, se inscrever, para fazer alguma colocação. Vamos fazer uma audiência bem produtiva, sucinta, com resultado para todos.

Obrigado.

Vamos lá, está com você, Ricardo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Bom dia; bom dia a todos; bom dia, Deputado Eduardo Botelho; bom dia, Deputado Diego Guimarães; Deputado Chico Guarnieri, prazer; Deputado Carlos Avallone, Maria Luziane, nossa defensora pública-geral do Estado, a todos que nos acompanham presencialmente na Assembleia Legislativa, aqueles também que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Assembleia, aos colegas da Secretaria de Fazenda também do Estado.

Conforme o Deputado Eduardo Botelho já enfatizou, nós vamos inicialmente fazer uma explanação em relação à proposta orçamentária de 2026. A discussão inicial trata especificamente, e com maior profundidade, das questões legais que orientaram a elaboração da proposta. Mas aqui nós trazemos um pouco mais detalhado para que isso também possa subsidiar a audiência pública do dia... que será realizada posteriormente pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Trago a mensagem do secretário Rogério Gallo, que está em Brasília, ele retornará no fim da tarde e também estará à disposição para participar da segunda audiência pública aqui na Assembleia.

Vamos lá então.

Conforme nós já temos destacado anteriormente, o nosso objetivo aqui justamente consiste em apresentar a proposta orçamentária de 2026, os parâmetros que foram estabelecidos para a proposição dessa proposta, bem como a distribuição dos valores, a forma de construção e, especificamente, as próximas etapas que vão ser executadas aqui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Já iniciando, o Projeto de Lei Orçamentária de 2026 foi elaborado com base na fundamentação legal, especificamente na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Complementar nº 101/2000 e na Lei Federal nº 4.320/1964. Basicamente o projeto de lei contempla...

Bom dia, Deputado, seja bem-vindo.

O projeto de lei compreende os orçamentos fiscais referentes aos três Poderes Estaduais, ao Ministério Público, aos fundos, aos órgãos e entidades também da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos estaduais a eles vinculados, especificamente relacionado às funções de previdência social, assistência social e saúde que abrange esse orçamento da seguridade social.

Já enfatizo que nós temos como diretriz a manutenção da política que nós temos executado nos últimos anos, voltada a uma gestão fiscal responsável, ao equilíbrio das finanças públicas que sustentam esse processo de aperfeiçoamento e expansão dos serviços públicos aqui no Estado de Mato Grosso, que é o que nós temos observado nos últimos anos, desde o ano de 2019, com a participação muito efetiva da Assembleia Legislativa nesse processo que tem possibilitado os investimentos que fomentam o desenvolvimento do Estado. Ou seja, a metodologia que é utilizada hoje, explanada aqui, que foi utilizada como subsídio para a elaboração dessa proposta, é uma metodologia que nós utilizamos desde 2019, e que, reconhecidamente - eu creio que por todos - nos possibilitou chegar num cenário, onde nós podemos discutir possíveis investimentos públicos, a continuidade, a manutenção e o fortalecimento das políticas públicas do Estado de Mato Grosso.

O orçamento de 2026 é um orçamento total de 40,79 bilhões, aproximadamente, e aí eu destaco: o conceito que é utilizado aqui é o conceito da receita total líquida, que é o recurso que o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria e o Tribunal de Contas poderão fazer a execução, seja direta, seja por meio de transferências que podem ser realizadas por municípios e entidades sem finalidade lucrativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Esse orçamento, conforme eu já destaquei, ele está distribuído em orçamento fiscal e da seguridade social, sendo que 28,6 bilhões, cerca de 70% do montante total, para o orçamento fiscal, e para o orçamento da seguridade social 12 bilhões, aproximadamente, representando 29,7% do orçamento proposto para o ano de 2026.

Quais foram as premissas que foram consideradas? O processo de elaboração da proposta orçamentária inicia pela definição dos indicadores e parâmetros macroeconômicos. Esses indicadores e parâmetros nós projetamos no mês de fevereiro que antecede a execução da LOA. Ou seja, no mês de fevereiro de 2025, nós projetamos indicadores macroeconômicos em três cenários, pelo menos. Esses indicadores fundamentam e são utilizados como premissa para a definição do cenário da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é entregue até o mês de maio aqui na Assembleia Legislativa, e posteriormente nós fazemos um possível ajuste também de algumas projeções que são feitas, porque o processo de elaboração da Lei Orçamentária dá continuidade logo após a entrega da Lei de Diretrizes, ou seja, nós continuamos o processo, a partir do mês de junho.

Então o nosso processo de estruturação se pauta em um cenário que é praticamente do primeiro trimestre do ano para que nós possamos projetar os valores que poderão ser realizados no próximo ano. E os indicadores que nós utilizamos são os indicadores definidos, inclusive pela Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente as projeções de crescimento da atividade econômica, as projeções também relativas à variação dos índices de preço e algumas mudanças que podem ter também outras variáveis econômicas, bem como na legislação tributária.

Nós projetamos um cenário base para o ano de 2026 de um PIB, em termos de valor monetário, de cerca de 329 bilhões, com expectativa de crescimento do PIB da agropecuária; o IPCA projetado para o próximo ano é cerca de 4,5 %; a Selic, uma projeção que foi feita... taxa de câmbio de cerca de 5, a paridade; e uma relação de dívida/PIB está de 15,3%. Nós também projetamos outros cenários alternativos bem como projeções para os anos subsequentes de crescimento de atividade econômica. A expectativa de crescimento real do PIB do Estado seria de cerca de 3,8% para o próximo ano, e neste ano nós teríamos uma recuperação um pouco maior, tendo em vista a projeção de um decréscimo da atividade econômica no ano de 2024, até mesmo em virtude do que ocorreu em relação à safra naquele respectivo ano.

Aqui nós sintetizamos as principais receitas do Estado. Então nós temos na distribuição do valor de 40,7 bilhões, aproximadamente, 36,5 bilhões seriam de receitas correntes, representando 89% do valor total projetado das receitas. E aí eu enfatizo: essas receitas correntes que são detalhadas ali, elas já estão deduzidas dos repasses que são feitos aos municípios, do compartilhamento da receita com os municípios, bem como das transferências que o Estado faz para a composição do Fundeb. É a receita propriamente que o Estado poderá trabalhar no próximo ano, sendo que a maior representatividade é da receita tributária, com destaque para o ICMS, que nós projetamos inicialmente uma expectativa de arrecadação de cerca de 25,3 bilhões do ICMS e já deduzida a renúncia também desses valores e um IPVA de cerca de 1,9 bilhões.

Nós temos transferências correntes projetadas de 9,10 % e receitas de capital, cerca de 920 milhões, projetadas para o próximo ano; nós temos algumas operações de crédito que já foram contratadas, aprovadas pela Assembleia Legislativa, principalmente para a área da agricultura familiar, da educação do Estado e que são consideradas nas receitas de capital; e nós temos as chamadas receitas intraorçamentárias, que são receitas que transitam entre os órgãos do Estado, especificamente, e principalmente as receitas que são utilizadas para pagamento das aposentadorias e pensões, totalizando 3,3 bilhões para o próximo ano e somando um total de uma receita de 40,79 bilhões, que é a proposta para 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

A distribuição dessa despesa, desses valores: 34,9 bilhões serão destinados para despesas correntes do Estado, com um destaque para pessoal e encargos sociais, no montante de 23 bilhões; os juros e encargos da dívida consumirão pelo menos 420 milhões no próximo ano; nós projetamos também outras despesas correntes, não só do Poder Executivo, mas de todos os demais Poderes e órgãos autônomos do Estado, em 11,3 bilhões; as despesas de capital, contemplando investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida, nós projetamos em 5,8 bilhões, sendo que o investimento inicial projetado na proposta seria de 4,9 bilhões; inversões financeiras, 120 milhões; e a amortização da dívida de, no mínimo, 830 milhões para o próximo ano, totalizando 40,7 bilhões em 2026.

As despesas por Poder. Desse valor, 34,3 bilhões ficarão no orçamento do Poder Executivo e das suas unidades; o Poder Judiciário terá um orçamento de 3,3 bilhões, e aí eu enfatizo que tanto o orçamento do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria considera os valores referentes a repasses duodecimais, mas também as receitas que são provenientes de algum tipo de arrecadação própria dos órgãos, tais como Funajuris, no caso do Poder Judiciário, ou também o Funamp, no caso do Ministério Público, ou receitas que também são de caráter previdenciário, totalizando os orçamentos que estão demonstrados nessa tabela,

O Poder Legislativo tem um orçamento de 1,05 bilhão, aqui especificamente a Assembleia Legislativa do Estado, as suas três unidades orçamentárias, o ISSPL, o DGFAP, também contemplados nesse orçamento que está demonstrado.

O Tribunal de Contas, 750 milhões; o Ministério Público, 960 milhões; e a Defensoria, com orçamento de cerca de 370 milhões para o ano de 2026. O Poder Judiciário é o que apresenta a maior variação em relação ao orçamento inicial de 2025; e a variação absoluta, logicamente, o Poder Executivo tem o maior valor em termos do orçamento inicial do ano anterior.

Esses valores também estão distribuídos por eixo de governo, os eixos de governo consideram também os eixos do PPA. Nós temos o eixo infraestrutura, com 3,2 bilhões; o eixo social, com 13,2 bilhões; o eixo ambiental, com 425 milhões; o eixo econômico, pelo menos, 1,5 bilhão, o eixo institucional, 6,7 bilhões; e também temos o eixo digital, com 132 milhões; e demais despesas que estão colocadas nos encargos que não fazem parte desses eixos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Você pode explicar para nós o que que significam esses eixos?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Eixos é uma forma de nós organizarmos as políticas públicas do Estado por áreas que têm algum tipo de convergência. Então, o eixo social contempla, por exemplo, as funções de educação, saúde, segurança e assistência social; o eixo institucional, que seria mais a parte sistêmica, os Poderes e órgãos autônomos do Estado, que nós falamos que é a área-meio e os demais Poderes; a infraestrutura, principalmente naquilo que é pertinente à infraestrutura do Estado, secretaria, a Sinfra; e o eixo econômico, contemplando as atividades econômicas e as secretarias responsáveis por essas funções. Então nós temos desenvolvimento, que é a Sedec; a agricultura familiar, que é a Seaf; o turismo também, que está sob a responsabilidade da Sedec, então é uma forma também de nós organizarmos os programas governamentais e a alocação de recursos para esses programas; e o eixo digital, primordialmente, lá pela nossa empresa de tecnologia do Estado.

E nesses eixos nós também distribuímos as nossas ações orçamentárias que estão contempladas na proposta de 2026. Então nós temos a ação 1287, pavimentação de rodovia, com uma proposta inicial de 1,3 bilhão; nós temos como meta para o próximo ano pavimentar mais 691

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

quilômetros; construção de obras de arte especiais, ação 1283, com o orçamento de 457 milhões; manutenção de rodovias, com o orçamento inicial de 314 milhões.

Também destacamos a infraestrutura nas cidades, com um orçamento inicial de 235 milhões, voltado para algumas áreas de saneamento, habitação e infraestrutura residencial, pavimentação urbana e transporte público coletivo.

Também no eixo relacionado ao eixo desenvolvimento, o desenvolvimento econômico do Estado, nós temos uma proposta de 909 milhões; para o programa Mato Grosso Maior e Melhor, 258 milhões; nós temos outras ações prioritárias, como a infraestrutura dos destinos turísticos; desenvolvimento da agropecuária; diversificação do setor mineral e a Companhia Mato-grossense de Gás, especificamente a compra e a revenda do gás natural pelo Estado.

No eixo social, contemplando a educação, a saúde, a segurança e a justiça, a cultura e a assistência, nós temos as ações que estão elencadas: a Educação 10 anos; desenvolvimento do ensino fundamental, desenvolvimento do ensino médio; as ações também do Mato Grosso Mais Saúde, da Gestão da Atenção Hospitalar; o Programa Tolerância Zero, na segurança pública; o aparelhamento também das unidades de Justiça; a cultura e a assistência, com o Programa Ser Família, qualificação profissional e outras iniciativas que estão contempladas nesse eixo.

Nós também temos o eixo ambiental, com destaque para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Então, promoção da conservação ambiental, a gestão das atividades potencialmente poluidoras, a gestão florestal e o controle do fogo, recursos hídricos e a regularização ambiental nessa proposta.

E a distribuição por Poder, que é o eixo institucional, nós temos o eixo da modernização da gestão fiscal, principalmente as ações que estão relacionadas ao Programa Profisco 2, executados pela Secretaria de Fazenda; o programa relacionado ao Judiciário Eficiente; à Gestão Pública Eficiente e aos encargos especiais, que são os recursos destinados para pagamento dos serviços da dívida do Estado e outros encargos que nós temos, que estão inseridos na proposta dos encargos especiais da Secretaria de Fazenda.

No eixo digital, nós temos também programação de recursos para infraestrutura tecnológica, para conectividade, para a capacitação digital, para serviços digitais e para transformação digital do Estado, com uma expectativa de ampliação dos serviços públicos digitalizados, a cobertura também de internet, a redução de custos operacionais também com esses recursos que serão alocados.

Enfatizo que para a proposição da proposta que nós trazemos aqui de Lei Orçamentária de 2026, nós fizemos uma audiência pública no âmbito do Poder Executivo e também fizemos uma consulta pública, onde tivemos uma participação de cidadãos, servidores públicos, órgãos colegiados, iniciativa privada, da capital e de municípios do interior, que nos auxiliaram também na definição de algumas áreas temáticas prioritárias.

E aqui nós trazemos o destaque de quais foram as áreas que foram mais informadas, apontadas por esses participantes dessa audiência... dessa consulta pública, perdão, com destaque para a segurança pública, a saúde, a educação, a cultura, esporte e lazer, assistência social, agricultura e o desenvolvimento econômico do Estado, e isso nós utilizamos como um subsídio para a apresentação também da nossa proposta.

Só para consolidar a nossa apresentação, no Estado de Mato Grosso nós iniciamos a proposição daquilo que nós chamamos do marco orçamentário de médio prazo, de nós pensarmos no orçamento não somente como uma visão anual, mas como uma visão também para três exercícios financeiros, porque nós sabemos que a política pública não fica restrita a um exercício

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

especificamente, ela precisa ter algum tipo de previsibilidade também para poder executar o seu planejamento orçamentário para sustentar também as políticas públicas.

Nós temos uma proposta de um marco orçamentário de médio prazo, que o primeiro ano representa a Lei Orçamentária 2026, mas também temos uma proposta para os anos 2027, 2028 que deverá ser alocada para a execução dessas políticas públicas, com o objetivo de reforçarmos a disciplina fiscal, a eficiência na alocação e também melhorarmos aquilo que nós temos proposto em termo de transparência fiscal e o planejamento plurianual dos nossos gastos, que é o que nós temos feito até aqui; bem como nós também propomos o marco de desempenho de médio prazo, que seria vincular os recursos que estão sendo programados para as áreas prioritárias de governo, com resultados especificamente que devem ser entregues por essas áreas.

E aí eu destaco ali quais serão essas principais ações e quanto nós deveremos alocar de recursos, no mínimo, na proposta orçamentária de 2026 para a execução dessas áreas e dessas ações prioritárias que estão definidas.

Concluo a minha apresentação, destacando alguns pontos, primeiro: o equilíbrio e a gestão fiscal responsável, aquilo que nós temos feito nos últimos anos no Estado, reforçando o nosso compromisso com a sustentabilidade fiscal. Eu creio que isso nos possibilita e nos permite ter uma boa capacidade de financiamento das políticas públicas estaduais.

O orçamento também é uma forma de fomentar o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida da população, e ele é um instrumento também para que nós possamos motivar a participação, que é o que vai acontecer, o que está acontecendo nesta audiência pública, no momento em que nós apresentamos e discutimos na Assembleia Legislativa esse importante projeto de lei para o próximo ano.

Essas são as minhas informações iniciais, já me coloco à disposição para possíveis questionamentos, dúvidas, aquilo que for possível responder neste momento ou aquilo que nós poderemos responder também na próxima audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok, Ricardo, obrigado pela explanação.

Eu vou abrir aqui para a inscrição, mas eu já vou fazer a primeira pergunta para você. A pergunta é: quando vocês fazem essa estimativa do valor a ser realizado no ano seguinte, vocês não levam em consideração o que vem sendo programado durante o ano? Por exemplo, você está mandando este ano para o ano que vem, você não está levando em consideração o crescimento que está tendo a receita? Porque as divergências têm sido constantes. De 2019 para 2020, teve uma variação de 11%. O ano que foi mais constante foi na época da pandemia, 2021, que teve 9, daí para frente essas diferenças, entre o valor encaminhado para a Assembleia e o valor realizado, ele veio crescendo 30%, 34%, 28%, 23%, sempre com uma diferença na economia.

Então eu acho que a gente pode errar e pode ter números, mas lá tem os craques da economia, você é um deles. Não é possível que vocês estão errando a ponto de errar 30% de projeção.

Então eu pergunto para você: o que que vocês estão levando em conta para fazer esse cálculo? Porque realmente o que está vindo para a Assembleia está, todos os anos, com uma diferença bem acima do aceitável, que seria algo em torno de 10%. Então, por favor, você pode responder.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Então deixa eu sintetizar o processo como tem sido feito ao longo dos anos. E aí eu só faço um histórico em relação a como essa receita se comportou a partir do ano de 2019. Se nós observarmos também a série

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

histórica, qualquer técnico que possa avaliar, nós tivemos grandes oscilações e grandes diferenças de arrecadação de variação de exercício anterior, de um exercício em relação ao outro.

Em 2019, nós fizemos uma mudança na legislação do ICMS e outras legislações que foram alteradas, o que possibilitou um crescimento de arrecadação superior a 30%; posteriormente nós tivemos outras modificações que possibilitaram uma manutenção de crescimento superior a 20%, 30%. Nós sabíamos que isso não se manteria no tempo, porque era um impacto inicial, diante de uma base que estava depreciada.

Nós tivemos uma mudança na legislação de ICMS no ano de 2022 para o ano de 2023, que fez com que a nossa receita caísse abaixo de 10% de variação em relação ao exercício passado, e isso se manteve também particularmente na consolidação para o exercício de 2023. Nós tivemos uma recuperação tendencial ainda, não diante do nosso cenário, para o ano de 2024.

Então as projeções de receitas, também, elas sofreram diferentes impactos, até pelas mudanças que foram promovidas, principalmente na política tributária do Estado, bem como também intervenções que foram colocadas pelo Governo Federal e a manutenção de algumas receitas que não são estruturais, que são receitas que são repassadas, mas elas não se comportam da mesma forma durante o exercício.

E, nas projeções que são feitas, primeiro, nós começamos a projeção no mês de fevereiro, num cenário que ainda nós não temos aquilo que efetivamente vai se comportar no exercício financeiro. A equipe da Secretaria Adjunta do Orçamento define e propõe os indicadores em três cenários, e esse cenário é utilizado para uma proposição que é feita, com base praticamente na consolidação do ano de 2024 com o primeiro bimestre, o que não dá um bom indicativo do que pode ser o ano de 2025, que pode ser a base para o próximo ano.

E todo esse processo começa nesse período, até em virtude do prazo para a consolidação da proposta orçamentária, porque posteriormente os valores precisam ser distribuídos para os Poderes e órgãos autônomos para que possam ser alocados os recursos e nós termos condições de prever essas receitas e posteriormente a alocação dos recursos.

Então, o cenário de projeção considera particularmente esse cenário que nós temos, de uma foto inicial, que é do primeiro bimestre do ano, é isso que dá base para projetarmos a LDO, porque, caso contrário, nós não teríamos condições de entregar uma proposta orçamentária, uma proposta diretriz, porque nós não teríamos tempo hábil para consolidar aquilo que é necessário em termos de diretriz.

E posteriormente nós podemos fazer algum tipo de pequenos ajustes na própria avaliação, mas destaco que as nossas premissas... nós optamos por cenários mais conservadores nas projeções, até em virtude do que eu destaquei, das oscilações que nós temos na própria arrecadação, e que isso nos permite ter um cenário que nós temos hoje, no tocante à sustentabilidade fiscal do Estado.

Eu acho que é uma política que o Estado vem adotando desde o ano de 2019 na definição e na proposição da sua peça orçamentária e que está subsidiando o que nós temos em termos de resultado fiscal. E aí eu destaco, o resultado fiscal é uma premissa, uma pré-condição para que nós possamos ter resultado de política pública, porque, mesmo que nós possamos ter comportamento de receitas superiores à própria arrecadação, esses recursos são revertidos para as fontes que são alocadas e consequentemente para as políticas públicas que são destinadas.

Então, se nós tivermos excessos de arrecadação, que serão destinados exclusivamente para a saúde, eles vão ser incorporados para a saúde, vão ser incorporados para a educação, vão ser também incorporados para financiar outros Poderes e órgãos autônomos do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Isso tem sido uma tônica, isso tem sido aquilo que tem sido feito ao longo dos últimos anos em termos de metodologia propriamente dita, e é o que tem nos subsidiado a fazer discussões de possíveis realocações, possíveis alternativas em termos de alocação do recurso que está aí proposto ou daquilo que pode ser arrecadado também no exercício subsequente.

Então a metodologia considera esses cenários, que são essas fotos feitas no começo de cada exercício financeiro, para que nós possamos construir, partindo da premissa de que nós precisamos ser conservadores, dentro das nossas projeções, para que também nos dê subsídio para a manutenção daquilo que nós temos alcançado na perspectiva fiscal e posteriormente também na alocação de recursos para as políticas que nós executamos em todo o Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Bom, eu não concordo com o que você falou aí, com essa colocação sua, que é isso que está dando... primeiro que é o seguinte: você pensa... já pensou se o Governo Federal mandasse para o Congresso um orçamento com uma diferença de 30%? Como que seria esse orçamento tão defasado e complicação que iria ter?

Mas eu entendi bem o que você está colocando, mas não justifica. Eu acho que nós temos que fazer orçamentos mais realistas, vocês têm condições, têm competência para isso. E fica aqui a minha anotação de discordância com essa metodologia que vocês estão fazendo.

Eu vou abrir agora para os Deputados.

Deputado Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar aqui o nosso Presidente Eduardo Botelho, da nossa Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Júlio Campos, Deputado Diego, nossa defensora pública e o Ricardo aqui, representando toda a equipe da Secretaria de Fazenda.

Sinceramente, Ricardo, você sempre é muito bem-vindo, você sabe disso, e você sabe o quanto eu respeito as suas posições técnicas e tal, mas nós estávamos esperando o Gallo aqui hoje (RISOS), precisávamos dele aqui, ele está se comprometendo a vir na próxima, então todos já estão convidados para estarem aqui na próxima reunião nossa, que é da Comissão do Orçamento, que deverá ser talvez entre o dia 7 ou 8 de dezembro, que nós estamos concluindo essa data para marcarmos aqui, está bom?

Eu sei, Ricardo, que em dois momentos aqui no Estado, nós já fizemos orçamentos extremamente próximos da realidade. E realmente tivemos problema com isso. Aconteceu em 2015, 2016, mais ou menos, e aconteceu quase 30 anos atrás também orçamentos muito próximos da realidade.

E aí, quando há uma crise, algum problema, esse orçamento, vamos dizer, acaba trazendo problema para todos, principalmente para o Estado. Então, sempre as Assembleias... isso não é em Mato Grosso, nós estamos falando em todos os lugares, ela é - vamos dizer - até certo ponto conivente quando vem um orçamento com alguma coisa subestimada.

Trata-se até de uma segurança usada pelos técnicos do governo, pelas equipes, para que a gente não possa fazer com que... não só Poderes, que acabam não sendo uma porcentagem mais do que.... porque antes havia uma porcentagem 3%, 1%, 0,5%. Hoje em dia não é mais. Na realidade, nós temos uma Lei Estadual de Responsabilidade Fiscal que é mais rigorosa do que a Lei Nacional de Responsabilidade Fiscal. Por isso... é um dos motivos que o Estado de Mato Grosso tem números tão bons, é porque aqui nós somos rígidos na questão da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, que é mais rígida que a Federal, isso... aprovada pela Assembleia Legislativa, proposta pelo governo, nem foi por este governo, Mauro Mendes, foi pelo governo anterior, e o governo Mauro Mendes também usou ela com bastante rigor e com bastante... como deveria ser, não poderia ser diferente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Mas, na realidade, nos seis anos, os números que têm vindo, como disse o Deputado Eduardo Botelho, passam qualquer coisa de normalidade essas pretensões do governo superiores aí a valores altíssimos, como disse o Deputado Eduardo Botelho, 25%, 30% de orçamento subestimado.

E aí ele está caracterizado em algumas coisas, a mais evidente foi destacada pelo Presidente Max, que foi a saúde. E eu fui atrás, Júlio, Eduardo, Diego, eu fui atrás para entender, quer dizer... como que um orçamento da Secretaria de Saúde pode ser, este ano, um bilhão menor do que a do ano passado, como? Nós temos seis hospitais sendo concluídos, cinco, seis hospitais sendo concluídos. Uma das informações que foi me passada foi de que isso oficialmente... e conversando com os secretários, eu procurei o de Saúde, procurei o de Fazenda, estive com os dois, dizendo que... “ah, vai concluir algumas obras, como o Hospital Central”, o que não me convenceu, porque o custo da obra do Hospital Central, se você for colocar o quanto ele vai gastar por mês, é quase o valor da obra, porque a manutenção de um hospital é muito cara. No caso do Hospital Central vai ser...
(ORADOR NÃO IDENTIFICADO SE PRONUNCIA FORA DO MICROFONE.)

O SR. CARLOS AVALONE - Isso, 36 milhões, 40 milhões ao mês.

Então isso vai dar um valor extremamente alto.

Então, como este ano a saúde já está com problema de orçamento e gastou ou investiu um orçamento de cinco, imagina no orçamento do ano que vem, de quatro. Então, com certeza, nós teremos um problema.

E aí, se você usar...

O orçamento da Saúde, Diego, e eu fui ver... por exemplo, eu estou trabalhando muito a área da saúde mental, então nós colocamos no PPA 22 milhões e tal. De repente, neste ano veio um corte de quase oito milhões na saúde mental, ou seja, eu estava pedindo mais e veio um corte de oito. Quando eu fui atrás para ver, não foi que a Secretaria de Saúde fez esse corte, porque na realidade com o teto que sobrou para a saúde, ela tinha que cortar, e ela cortou linearmente em todos os projetos, os programas. Portanto, vai ter mais dinheiro, e ele vai vir do excesso de arrecadação, certo?

Então você vê o tamanho do problema que se cria em algumas secretarias. Eu estou citando o exemplo da Secretaria de Saúde, que é tão importante quanto as outras, mas é uma que ficou muito claro, porque o Deputado Max colocou isso com bastante transparência, logo no começo da discussão do orçamento.

Então, Ricardo, nós vemos que a saúde tem um problema grave, num ano eleitoral, num ano de conclusão de obra, num ano em que entram em operação hospitais da magnitude de um Hospital Central... o de Alta Floresta parece que vai ficar pronto também. Quer dizer assim... então, nós estamos muito preocupados, não é pouco, com essa colocação, principalmente citando aqui a questão da saúde.

Se a gente for olhar a segurança, eu precisava até de uma explicação sua. A Secretaria de Segurança, no primeiro momento, olhando rapidamente, eu percebi que houve uma diminuição na segurança, depois eu percebi que era um engano meu, porque a segurança foi dividida em duas secretarias, então nós temos que somar duas secretarias para citar a segurança. Mesmo assim, eu fiquei preocupado com os números que eu vi. Por quê? Porque o nosso discurso - e aí eu não vou falar nem que é o discurso do Executivo, é o nosso discurso, enquanto Estado - no combate às facções, no combate à criminalidade, está sendo um discurso muito forte, e tem que ser, e cada dia mais forte ainda, pelo que está acontecendo, o que aconteceu no Rio, o que está acontecendo em São Paulo, em outros Estados e que reflete no Brasil inteiro. Para você ver, aquela ação do Rio fez com que o Milei trancasse a fronteira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

O SR. JÚLIO CAMPOS - O Paraguai também.

O SR. CARLOS AVALLONE - Paraguai também, a Bolívia, eles com medo de faccionados entrarem nos países vizinhos. Imagina os Estados? Se está entrando nos países vizinhos, imagina Mato Grosso? Imagina? Quantos morreram lá? Do Pará, morreram nove; de Mato Grosso, um; mas, do Pará, nove. Então tem Estados que estavam muito... e essas pessoas que escaparam vão voltar para cá.

Então, assim, eu precisava entender melhor essa divisão da segurança pública, não sei se você consegue nos falar isso agora, mas nós precisávamos entender, porque os números do orçamento não refletem o discurso nosso. Então nós precisamos casar o discurso com o orçamento, porque senão nós vamos ficar... vai ter problema na gestão para a execução.

Agora uma coisa mais técnica, já para concluir: vocês fizeram uma previsão... isso aí eu quero entender, tá? Lembrando sempre que eu sou engenheiro, posso perguntar besteira na área técnica, econômica (RISOS), então vamos lá.

Você colocou uma Selic de 9,2 %, a Selic hoje está 15%, é isso? ...Tá, é um cenário, você está trabalhando com uma perspectiva, o Estado está trabalhando com a perspectiva de que nós vamos ter uma redução em 2026 de 15% para 9%, ou a 9% vai ser a média?

(O SR. RICARDO CAPISTRANO RESPONDE AO SR. CARLOS AVALLONE FORA DO MICROFONE.)

O SR. CARLOS AVALLONE - Dos cenários. Poxa! Então ótimo! Eu sinceramente não acreditava que poderia... embora 9% seja alto, que poderia chegar a 9% no final do ano. E como é um cenário médio, então pode chegar até menos para poder dar uma média de 9,2 %, isso é importante colocar, e o IPCA de 4,5%, o IPCA na realidade é a inflação... então 4,5% estaria na margem superior da meta do Brasil, seria 4,5%.

Ok. Então ficariam essas duas coisas, saúde e segurança pública.

Obrigado.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Em relação à segurança pública, de fato, o que o senhor enfatizou é um ponto que merece ser destacado.

A segurança pública passou por uma divisão, então nós temos uma distribuição do orçamento dela em duas secretarias, praticamente foi retirado quase um bilhão do orçamento da segurança repassado para direito da cidadania, que seria a Secretaria de Justiça. Então nós temos uma proposta orçamentária da função segurança pública de quase 4,6 bilhões e o restante nós temos uma distribuição de cerca de um bilhão para direito da cidadania, o que totalizaria a essas duas funções de governo um orçamento total de 5,6 bilhões, e é por isso que nós não conseguimos comparar se não colocarmos isso em perspectiva para efeito de avaliação.

No caso da saúde, nós enfatizamos que o ano de 2026, de fato, para nós, ele é um ano de consolidação de investimentos, de entrega de investimentos, e principalmente da definição de uma nova estrutura de gasto para a própria secretaria, com a definição de qual vai ser o montante necessário também para que esses hospitais, que deverão ser entregues, possam ser mantidos já com um caso bem concreto, que é o Hospital Central, daquilo que já está pactuado com o Hospital Albert Einstein.

Os recursos, mesmo que eles sejam... que forem ou que já são objeto de suplementação, eles têm sido alocados na saúde, dentro de uma política também de identificação do custo real da saúde. Hoje nós passamos por uma discussão contínua com a Secretaria de Saúde para que nós possamos ter uma identificação clara de qual é o custo dessa área, porque ela passa por um processo de transição muito relevante, nós temos um crescimento substancial, e isso tende a se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

consolidar no próximo ano para que nós possamos ter uma visão bem objetiva dessa nova política da saúde do Estado, a partir também do ano de 2027.

Então nós consideramos que o ano de 2026 vai ser um ano importante e que poderá requerer novos acréscimos orçamentários para manutenção e continuidade, e o Estado tem feito isso, e é um compromisso também de fazer isso, ao longo do próximo exercício.

E, para nós, tecnicamente, é a identificação de qual vai ser a base de gasto dessa nova saúde pública do Estado, o que vai ser necessário, como isso vai consumir em termos de recurso também para o ciclo 2027 em diante, onde nós já não teremos grandes obras na área, mas teremos um custo de manutenção, e que isso deverá ser incorporado nos orçamentos futuros também dentro dessa mudança que vai haver na própria composição do gasto da Secretaria de Saúde.

Então, hoje, discutir o gasto da Secretaria de Saúde, ela precisa ser entendida nessas mudanças que ocorrerão nos próximos, eu digo, 14 meses até o final do próximo ano, com migração de gastos, que hoje são investimentos para manutenção, e a identificação de qual que seria essa base nova do gasto da secretaria, para que nós possamos ter uma visão bem objetiva do custo dessa área e definirmos uma política... que é o que tem sido feito no sentido de resguardar que os recursos necessários para que os hospitais funcionem, as unidades de saúde funcionem, elas possam ter valores suficientes para que essa entrega de serviços públicos de saúde possa acontecer de fato.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Presidente, posso fazer uma pergunta?

Eu gostaria que o doutor Capistrano nos esclarecesse o seguinte: no Programa Investimentos, estão previstos aproximadamente 3 bilhões e 922 milhões, está prevista também da receita do Fethab ou é só do orçamento Fonte 100 do Estado, fonte própria?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Majoritariamente, os recursos que são da infraestrutura são receitas provenientes do Fethab, agora exclusivamente do Fethab proveniente das *commodities*, então o recurso que está ali contempla majoritariamente os recursos que são provenientes...

O SR. JÚLIO CAMPOS - Já está incluído o Fethab?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Totalmente, o recurso Fethab está nessa conta.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Outra: a MTPAR é uma estatal do governo, nós temos 90 e tantos por cento das ações públicas. Eu queria saber o seguinte: neste orçamento está incluída a MTPAR? E onde está a receita dos pedágios da BR-163, que são alguns milhões de reais por ano?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Esse orçamento inclui a MTPAR como a principal acionista da Nova Rota do Oeste, onde nós temos uma expectativa de um repasse... na verdade não tem uma expectativa, tem uma obrigação de fazer um repasse, último repasse no próximo ano. E esse recurso poderá ser provisionado neste ano, porque deverá ser pago logo no começo do ano que vem, seria um repasse de 350 milhões a ser feito no primeiro bimestre já de 2026, que seria a integralização do valor que o Estado fez dentro da pactuação com as agências e também com o Tribunal de Contas da União.

E o recurso da Nova Rota do Oeste não está contemplado em um orçamento específico de investimento. Nós iniciamos também uma adequação do sistema para que nós possamos apresentar uma proposta de orçamento de investimento da Nova Rota do Oeste, que deverá ser feito no ano de 2026 para o ano 2027, trazendo as projeções dos investimentos que deverão ser feitos pela Nova Rota do Oeste. Assim como nós tivemos de orientação recente do Tribunal de Contas, que saiu agora, no mês de setembro, logo após a consolidação praticamente da proposta orçamentária e que nos dará tempo hábil de nos estruturar para podermos apresentar o orçamento de investimentos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

também especificamente da Nova Rota do Oeste, mas das demais empresas que a MTPAR conste como acionista e que não são dependentes efetivamente do Tesouro Estadual. É onde estará a receita dos pedágios, onde estarão também os recursos que poderão ser provenientes de possíveis operações de crédito ou emissão de algum título que a Nova do Rota Oeste possa fazer para custear os investimentos na BR-163.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Aquele empréstimo que nós fizemos... que a Assembleia autorizou de 1,5 bilhão, junto ao Banco do Brasil, seria para investimento na BR-163, não é?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Não, esses investimentos foram em várias rodovias do Estado, os recursos foram executados pela Sinfra. Nós recebemos no final do ano passado esse recurso, isso também cria uma nova base para receita, uma receita que só entrou em 2024, parte dela ingressou neste exercício, e os valores estão no orçamento da Secretaria de Infraestrutura para execução de rodovias e não... da BR-163.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Estaduais.

E já na capacidade, no endividamento do Estado, pagamento de juros, está previsto parece que menos de um bilhão, né...

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Quatrocentos e vinte milhões para juros e encargos.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Quer dizer, hoje Mato Grosso, pelo relatório, teria ainda uma capacidade de endividamento suficiente para novos empréstimos?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Sim, de acordo com a metodologia da STN, que cuida do espaço fiscal dos entes, nós temos ainda espaço fiscal para assumirmos ou para contratarmos novas operações de crédito. E aí eu faço um destaque: no ano de 2027, nós sairemos do PAF, concretizaremos aquela operação que foi feita 30 anos atrás, por meio da Lei nº 9.496/1997.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Governo Fernando Henrique.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Isso, então nós vamos fechar o pagamento que nós temos. Isso também tende a reduzir um pouco mais o nosso endividamento.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Ok.

Obrigado.

O SR. CARLOS AVALLONE - Ricardo, foi criado um comitê aqui para tratar do IBS. O IBS, para quem está nos ouvindo aqui, é um imposto sobre bens e serviços, e será um tributo estadual brasileiro sobre o valor agregado que substituirá o ICMS e o ISS, gradativamente, de 2026 até 2033.

Bom, e vocês têm um comitê tratando disso. Eu queria entender se tem algum problema, nós da Comissão ou Assembleia, participarmos desse comitê para entendermos melhor e podermos contribuir com o comitê que está discutindo esse imposto que vai substituir o ICMS e o ISS?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Eu creio que não, porque nós constituímos esse comitê, em parceria com a Associação Mato-Grossense dos Municípios, para podermos coordenar o processo também e reforçarmos as equipes técnicas acerca do entendimento do que é a reforma tributária e das suas repercussões na administração tributária especificamente, mas também na perspectiva da gestão do gasto.

E essas equipes elas já tiveram, nós tivemos uma primeira reunião do comitê de gestão para a formação dos grupos de trabalho, e creio que a Assembleia também possa participar de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

um diálogo conosco e com os municípios, porque o nosso objetivo é justamente transferirmos um pouco de conhecimento, definirmos alguns posicionamentos que nos subsidiem nesse período de transição, de 2026 até 2032.

O SR. CARLOS AVALLONE - Ok.

Então eu queria aproveitar, Presidente, para pedir para a nossa Comissão de Fiscalização para que oficialize a participação da Assembleia nesse IBS.

Porque, Presidente Eduardo Botelho, o que me preocupa um pouco, eu lembro que, lá no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional, acho que o Júlio estava lá como senador, aprovou a lei que retirava o ICMS da exportação, a Lei Kandir.

Naquela época, foi um estouro. “Gente, isso aí vai quebrar os Estados, vai arrebentar, e Mato Grosso vai ter um problema grande” e teve um problema de receita, porque criou um fundo que nunca foi pago adequadamente aquele fundo. Mas, passados os 30 anos, a Lei Kandir foi o maior acerto que poderia ter sido feito. Alguns discutem se ela já estava na hora de acabar agora, mas ela fez com que a produção de Mato Grosso, por exemplo, e do Brasil, atingissem os patamares que atingiu hoje, fantásticos.

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO SE PRONUNCIA.)

O SR. CARLOS AVALLONE - Exatamente.

Então, assim, quando nós estamos falando da reforma tributária, eu tenho sido crítico muito, não ao governador e muito menos ao Gallo, porque os dois estão estudando esse assunto junto com a secretaria com muita competência, me parece hoje que são referência para os outros Estados no Brasil, mas sempre com uma visão de governo, e não poderia ser diferente, porque eles estão na cadeira de governo.

E a crítica que tenho feito a nós, me colocando também como vice-presidente da Federação das Indústrias, é que os setores produtivos talvez não estejam se preparando como o governo está, para esse momento. Porque o que diretamente nós vamos perder está sendo calculado, é fácil calcular, aparece claramente, mas o que vai fazer com a economia, como aconteceu na Lei Kandir, o que impulsiona a economia, a mudança ou não da cobrança de imposto, ou nesse caso da facilitação, da transparência, da diminuição do problema, da menor burocracia, é que dá um impulso na economia. E isso às vezes não está sendo calculado, e é difícil de ser calculado, mas ele é previsto.

Então, assim, nós precisamos participar desses estudos para ter uma visão também de um outro lado para poder entender melhor quais são as reações. Por que uma reforma tributária, que foi esperada pelo Brasil por 40 anos, é aprovada e virou o grande problema do Brasil? Não me parece que isso seja uma verdade.

Nós talvez não estejamos vendo alguma coisa, mas o governo está correto. Ele está vendo onde ele está perdendo e está fazendo as suas travas, e conseguiu manter o Fethab até 2043, o que para Mato Grosso foi muito bom, certo? Então, o Estado está fazendo a parte dele como governo. E todos os outros entes precisam também ter a mesma competência que o Estado está tendo nesses estudos para que a gente possa ver outros lados, que possa ser o que vai dar esse impulso que foi tão discutido por 40 anos no Brasil, era a solução para o Brasil, e de repente virou problema.

Então eu só faço esse comentário.

Agradeço ao Ricardo, que não está decidindo nada, porque não é o mérito dele fazer essa decisão, mas mostrando que não existe nenhuma... e se a AMM faz parte, não tem por que a Assembleia também não fazer parte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Vamos... o Deputado Diego vai usar...

É só colocar aqui minha opinião em relação a isso. Deputado Avallone, eu tenho o mesmo pensamento que o senhor. Isso é uma solução que vem sendo estudada aí por muitos, aliás, era tido como um entrave não fazer essa reforma. Eu vejo que a reforma vai ser boa. Agora, cada Estado tem que se preparar, principalmente na questão do consumo, criar a estrutura... de uma população que tenha renda, que possa consumir, que possa comprar.

E aí, nesse aspecto, Mato Grosso precisa evoluir. E daí que eu chamo a atenção para as necessidades das agroindústrias, as necessidades de nós termos mais qualidade de emprego dentro do estado. Nós temos o agronegócio, que é a grande mola mestre da economia nossa, mas ela está limitada na geração de emprego, e aí é preciso o Estado expandir, criar estrutura para isso, eu penso assim.

Agora, dizer que a reforma é ruim, a reforma foi boa e principalmente quando o Estado conseguiu essa questão do Fethab, garantiu um tempo de transição para que o governo se prepare, e o Estado se prepare para o futuro, que o futuro é isso, não adianta querer... nós ficarmos com cada Estado tendo uma legislação aí que não vai... isso não pega mais.

Bom, passo para o Deputado Diego Guimarães.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Cumprimento o Presidente, Deputado Eduardo Botelho, é uma satisfação, Deputado Júlio Campos e também Avallone, em nome dele cumprimento todos os presentes, a excelentíssima defensora pública-geral do Estado de Mato Grosso.

Muito importante a gente debater o orçamento. E a nossa preocupação reside em vários pontos. Eu acho que uma questão que a gente apontou aqui - o Deputado Júlio já foi pontual em nos esclarecer e trazer essa informação -, no Estado de Mato Grosso, de acordo com a LOA enviada este ano e a LOA 2025, a gente teve um acréscimo de 1,1 bilhão aproximadamente de endividamento no estoque da dívida pública. E ficou claro aqui que o financiamento, inclusive foi aprovado nesta Casa, com a finalidade de novos investimentos devido à necessidade de obras importantes, que hoje tornam a estrutura viária do nosso Estado de escoamento e logística tão avançada e com perspectiva de melhorar ainda mais nos próximos anos.

A pergunta que eu faço, primeiro, é qual o critério que é utilizado na definição do percentual para abertura de créditos suplementares por parte do Fisco estadual, quais são os critérios que são utilizados para isso?

Outro ponto importante: a gente tem a política de habitação como uma das mais necessárias para o momento que o Estado vive. E aí eu não sei se talvez tenha sido incluso em outra função do governo, mas na tabela 28, onde tem o demonstrativo de despesa por função do governo, a gente percebe que a política pública de habitação, ela tem uma redução de quase 40% no investimento, na previsão 2025, orçamento 2025, com a proposta que é trazida para 2026. A que deve essa redução?

E aí, pensando nessa política pública tão importante, onde que foi parar esse orçamento de aproximadamente 40% em redução na habitação, de investimento na habitação?

Por outro lado, quando a gente fala de direito da cidadania, a gente teve um saldo de 307% no valor previsto. Então, quais são as medidas contempladas, quando a gente coloca ali direito da cidadania, quando é colocado nessa proposta orçamentária 2026, quais são as medidas que são contempladas, considerando aí, repito, o direito da cidadania subiu 307%, e a habitação, uma redução de 14%... 40%, especialmente para o momento que o Estado vive da necessidade de mais investimento em programas habitacionais, como Ser Família Habitação?

Então, são três os questionamentos, três pontos aí que a gente pondera. Primeiro critério para a definição do percentual de abertura de créditos suplementares, a redução na habitação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

e a ampliação tão vertiginosa aí de 307% no direito da cidadania. O que é contemplado em cada ação dessa?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Então, primeiramente, o critério referente às suplementações orçamentárias, esse percentual é um percentual que é utilizado desde o ano 2010, creio que anterior, mas é onde eu tenho o dado mais atualizado. Nós utilizamos o mesmo percentual desde a LOA de 2010, que é um percentual proposto de 20% de acréscimo.

E aí eu faço uma menção muito específica: entre 2010 e 2018, nós fazíamos várias exclusões desse percentual, então nós solicitávamos um pedido de autorização para acrescentarmos 20% ao orçamento, objeto proveniente de recursos de superávit financeiro, ou seja, sobra de recursos de um ano que poderão ser utilizados no ano subsequente, excesso de arrecadação no exercício corrente ou anulação parcial de dotações. Só que nós fazíamos várias exclusões.

Então, por exemplo, se nós fizéssemos créditos direcionados à despesa com pessoal, não era computado nos 20%. Dívida, ou qualquer outro tipo de crédito, nós poderíamos fazer exclusões, que era praticado até o ano de 2018.

Nós fizemos uma mudança, até por aquilo que tinha sido praticado, por algum nível de descumprimento anterior, porque... o que nós fazemos atualmente? Quando há necessidade, nós solicitamos à Assembleia que nos autorize um novo acréscimo. Mas, em exercícios passados, nós acabamos extrapolando e nós tivemos manifestações nas contas de governo que nós precisávamos ajustar.

E aí, a partir de 2019, especificamente no ano de 2019, em 2020, nós fizemos uma mudança, onde nós não temos exclusão nenhuma. Tudo o que é feito de alteração orçamentária hoje, ela é computada nesse limite autorizado de 20%. Então não é um limite que foi criado a partir do ano de 2019, ele é um limite que tem sido praticado, ele está alinhado com o que é praticado em outros Estados, outros Estados praticam os percentuais superiores a 20%. Então nós não estamos descolados do que é praticado em outros Estados da Federação, isso eu posso trazer até o levantamento, se for necessário, na audiência subsequente, e é algo que tem sido praticado.

E a regra para a utilização, acho que a primeira regra que deve ser considerada é: qual é a origem do recurso? Porque, dependendo da origem do recurso, ele só pode ser aplicado naquela finalidade específica.

Então o Deputado Júlio Campos enfatizou: o recurso do Fethab, ele está previsto? Ele está previsto. Se nós tivermos sobra de recurso do Fethab deste ano, nós não podemos mudar a aplicação da Sinfra para qualquer outra Secretaria do Estado, ele tem que ser aplicado na Sinfra. Então a primeira regra é observar qual é a origem desse recurso e qual é a fonte desse recurso que configura, para que nós possamos acrescentar ao orçamento, acrescentar ao orçamento.

No que de fato o Estado pode ter algum nível de autonomia é naquilo que nós chamávamos, no passado, de antiga Fonte 100, que agora é a Fonte 500, que é de livre alocação do Poder Executivo, logicamente observando aquilo que foi aprovado em termos de estrutura da proposta orçamentária pela Assembleia.

Então, basicamente, o critério inicial é identificarmos qual é a fonte, qual é a origem desse recurso para que nós possamos suplementar também a partir das necessidades e das prioridades que são identificadas em termos de manutenção de algumas políticas e da continuidade desses investimentos que são feitos ao longo do ano.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Então nós temos priorizado as áreas, como Secretaria de Segurança, Secretaria de Saúde... (TRECHO INCOMPREENSÍVEL) ... e nós destinamos esses recursos a mais também para essas áreas.

Boa parte também utilizada no recurso da saúde, eu faço uma menção, elas são provenientes de exercícios passados. Havia muito superávit acumulado que nós vamos utilizando ao longo do período para poder acrescentar a esse orçamento.

Então a regra é definida dessa forma, esse percentual proposto segue isso, que é o que nós temos feito ao longo dos praticamente 15 anos no Estado e não mudamos isso, só mudamos a forma de mensurar a memória de cálculo, retirando qualquer tipo de exceções da base. Então nós não temos exceção nenhuma, tudo o que for acrescido ao orçamento, ele é computado para efeito limite, e se nós extrapolarmos ou tivermos necessidade, nós temos que solicitar um novo limite ou encaminhar um projeto de lei específico para autorização da Assembleia.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Deixa eu só tirar uma dúvida. Você tem essa cronologia... ou melhor... esse aspecto histórico sempre foi 20% então no Estado de Mato Grosso?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Sempre foi 20%.

Eu posso trazer isso aí, foi um percentual que foi utilizado... eu me comprometo, se necessário, na próxima audiência pública a trazer esse histórico até com as mudanças de metodologias para termos uma compreensão bem efetiva disso. Nós já chegamos a percentuais no passado de 39%, 40%, sem qualquer tipo de recurso adicional que foi criado no exercício de 2019/2020, em virtude da mudança, então é algo que tem sido praticado ao longo dos últimos anos.

Em relação ao recurso para habitação e direito da cidadania, de fato, a ação específica do Ser Família, onde contempla, por exemplo, recurso para o Ser Família Habitação, ele não fica definido na função habitação, ele não é contabilizado na função habitação, ele é contabilizado nas funções que estão relacionadas a direito da cidadania, porque ele é uma iniciativa que faz parte de um programa maior, e a ação é chamada Programa Ser Família. Dentro dessa ação, nós temos o Ser Família Habitação, que está colocado ali.

Então nós não podemos utilizar para uma mesma ação duas funções. E a função que acaba sendo utilizada é a função direito da cidadania e não da habitação propriamente dita, que são iniciativas que são criadas exclusivamente para essa finalidade, principalmente no âmbito da Secretaria de Infraestrutura, que tem ações de habitação e nós podemos também mapear outros recursos. Nós fizemos agora um aporte para a continuidade do programa, que é executado em parceria com a MTPAR, por meio dos subsídios que são concedidos para a aquisição dos imóveis. Nós fizemos recentemente um aporte de 60 a 70 milhões, se eu não me engano, para consolidar os valores que haviam sido programados em contratualização com a Caixa Econômica Federal e também destinar recursos para essa função.

Essa função de direito da cidadania, além desse recurso que é direcionado e que acaba executando outras finalidades que não estão somente restritas a essa função de governo, ela também teve um incremento significativo pela inserção da Sejus, da Secretaria de Justiça, porque parte do gasto da Secretaria de Justiça era contabilizado na função segurança pública. Então nós tivemos que mudar a função de governo, e isso refletiu no acréscimo substancial dessa função de governo, mas não consiste em algo que... existem algumas situações novas, logicamente de estruturação da própria secretaria, mas foi essa mudança também derivada da mudança da criação da Secretaria de Justiça do Estado.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Só mais uma pergunta, Presidente, se me permite. Existe a Tacin, a taxa de segurança contra incêndio, que inclusive o Deputado Carlos Avallone

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

juntamente conosco vem tratando essa pauta, é uma pauta um tanto quanto importante. A Tacin vinha sendo declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Poder Judiciário, enfim; por todo o Brasil, reiteradas decisões foram tomadas no sentido de declarar a Tacin inconstitucional.

Agora, em agosto de 2025, numa decisão um tanto quanto surpreendente, o nosso Supremo Tribunal Federal, mais uma vez... a própria Corte mudou muito pouco a sua composição, mas o entendimento mudou 180 graus, ela ia num caminho, falou: “não, é inconstitucional, inconstitucional”, de um dia para o outro falou: “agora é constitucional”. Doutor, a gente que lida com o Judiciário, a gente fica impressionado com certas coisas.

Pois bem, hoje há um temor por parte de empreendedores, produtores no estado inteiro, porque agora o Estado pode cobrar a Tacin. Nós temos o desejo da remissão dessa dívida, afinal de contas, cinco anos para trás vai ser devido e pode ser cobrado.

E aí eu pergunto - dentro da LOA, eu não consegui identificar isso - se foi projetado esse valor retroativo, se há por parte da Sefaz a intenção de lançar e cobrar os valores retroativos da Tacin. Como que vocês estão lidando com isso orçamentariamente? Porque nos anos anteriores, inclusive eu falo isso, falei isso com o Rogério Gallo e com o Fábio Pimenta, vocês sequer lançavam essa previsão, porque vocês já sabiam desse entendimento jurisprudencial consolidado no Brasil pela inconstitucionalidade. E, do dia para o outro, isso muda, então não havia... até por isso eu acredito que justificaria a gente fazer uma lei perdendo isso, passar uma borracha no que estava para trás e olhar para o futuro, mas também a ânsia arrecadatória da Fazenda Pública não é fácil. Eu sei que também tem questões legais que precisariam ser superadas, mas a meu ver esse perdão aí seria possível.

Pois bem, mas o que vocês estão pensando desse valor retroativo? Se há por parte da Sefaz essa intenção de lançar e cobrar esses valores dos contribuintes, dos empresários, dos produtores mato-grossenses.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Em relação à definição na perspectiva da cobrança e de possíveis decisões de remissão, eu não tenho essa informação objetivamente, entretanto a proposta orçamentária não contempla nada referente a isso, até porque a decisão, como ela foi no mês de agosto, esse processo nós já tínhamos já feito já as provisões e os recursos já estavam distribuídos. E nós retornarmos isso para fazermos ajustes, nós não teríamos tempo hábil de consolidação da proposta.

Então essa mudança de direcionamento do próprio STF, ela não foi contemplada na proposta orçamentária de 2026, seja na perspectiva de renúncia de valores, seja também para a cobrança desses valores. Então isso teria que ser reavaliado e discutido se nós teremos espaço para isso, mas não contempla nada também de cobrança disso na proposta que está aqui apresentada no Poder Legislativo.

No tocante a um projeto para poder fazer uma remissão, eu acho que isso pode ser objeto de discussão, avaliando também aquilo que nós colocamos como expectativa de renúncia, de receita, para que possa ter o seu subsídio legal em termos de implementação para que não extrapole essas renúncias que já estão colocadas, e creio que isso poderia ser algo que fosse um objeto de discussão, sim.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Só a título de confirmação, então não há na LOA de 2026, pelo menos no projeto, na proposta apresentada a esta Casa, a previsão de arrecadação da Tacin para o ano de 2026?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Não, não colocamos algo relacionado a isso, dessa decisão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Se por acaso fosse implementado a partir de janeiro, tem mais ou menos uma perspectiva de saber quanto isso representa no orçamento do Estado?

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Precisaríamos verificar como que fica a parametrização, porque ela tinha um histórico de realização de receita que superava 20, quase 30 milhões, aproximadamente, dependia muito também do esforço do próprio Corpo de Bombeiros do Estado, em virtude da sua execução, e isso refletia diretamente naquilo que era arrecadado, mas era uma receita que geraria algo em torno de 20 a 30 milhões, se for com base no que nós tínhamos no passado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Luziane.

A SR.^a LUZIANE CASTRO - Bom dia a todos; bom dia a todas; bom dia, Presidente Deputado Eduardo Botelho, a quem eu cumprimento aqui; cumprimento o Deputado Júlio Campos, Deputado Carlos Avallone e também o Deputado Diego, sempre agradecendo a esta Casa de Leis, porque a Defensoria Pública, desde 2019, é uma participante ativa aqui na discussão orçamentária.

Cumprimento o Ricardo Capistrano, em seu nome todos os servidores também da Secretaria de Fazenda, por quem a gente tem um grande respeito pelo conhecimento técnico e tudo o que tem feito junto à própria regularidade fiscal e todas as ações do Estado.

Embora não seja esse o momento, foi ressaltado pelo Presidente, hoje a questão é de discussão jurídica, técnica, mas é impossível não trazer algumas coisas aqui da Defensoria Pública. É um órgão que a gente vê pelas projeções que infelizmente ainda temos aí um percentual muito pequeno de crescimento, Ricardo Capistrano, dentro dos órgãos do sistema de Justiça.

É notório que a Defensoria Pública é a porta de entrada da população vulnerável, uma população significativa. E eu gostaria de trazer aqui algumas informações. Só até a data de ontem, 3 de novembro, nós já totalizamos 558 mil atendimentos. Isso está representando em média, Deputado Botelho, um atendimento médio de 2.700 atendimentos por dia. É um número muito grande de pessoas que batem à porta da Defensoria Pública. E a gente apresentou aí um crescimento orçamentário de 4,48%, alguma coisa próxima a isso, mas, assim, extremamente insuficiente para as demandas que nós temos na nossa instituição.

E, assim, eu sempre gosto de falar aqui, porque todos os recursos que são investidos na Defensoria Pública... e eu chamo de investimento mesmo, porque ele retorna para a população que mais precisa, a gente retorna em atendimentos a essa população.

Só agora, no ano de 2025, já conseguimos inaugurar 12 novas localidades, 12 novos núcleos, fazendo atendimento a toda a população do Estado de Mato Grosso com um mínimo de dignidade. O Deputado Diego participou inclusive de uma inauguração conosco em Matupá e pôde verificar, também inauguramos em Guarantã do Norte, localidades onde a Defensoria Pública tinha uma infraestrutura extremamente precária, e a gente tem enfatizado que nós precisamos de mais investimentos.

Nós ficamos muitos anos para trás, muitos anos em que a Defensoria Pública sempre ficou lá na rabeira, com um crescimento pífio, ou quase nada, e a gente precisa de mais investimentos. Como eu falei, esses investimentos são todos retornados para esse atendimento à população, não só a população que a gente atende nos nossos núcleos, além dos atendimentos, nós temos aí uma ação que inclusive foi premiada, várias ações, onde a gente leva o atendimento de justiça e cidadania à população. Só agora, no ano de 2025, nós já estamos fechando quase nove atendimentos em localidades de difícil acesso, atendendo a população indígena, atendendo quilombolas, atendendo em localidades onde a população tem dificuldade de ter acesso aos serviços públicos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Então a gente clama novamente aqui para esta Casa de Leis que dê... que olhe com atenção para a Defensoria Pública.

Mas gostaria de enfatizar, Ricardo, que na LDO houve a aprovação de uma emenda, e no texto, no artigo 10, ele traz aqui, dentro das metas e prioridades da administração pública, a ampliação e a qualificação do atendimento aos necessitados por meio da Defensoria Pública. E aqui traz a questão da estruturação da Defensoria em algumas localidades, com a alocação orçamentária específica para ações por meio de instalação e modernização de unidades físicas da Defensoria Pública.

E isso não foi refletido na LOA que foi apresentada aqui, inclusive, a gente está com um orçamento muito irrisório, acho que em torno de 500 mil, se eu não me engano, previsto para investimentos, o que é impossível a gente até iniciar o ano com esse valor, basicamente é só um valor simbólico.

Então, assim, a minha pergunta é se haverá adequação desses valores a fim de atender ao que está previsto na LDO, porque senão a gente tem uma previsão morta na nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias se não houver uma previsão aqui na LOA.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Em relação à previsão desses valores, eu só enfatizo que a proposta orçamentária foi feita com base no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque nós, após a aprovação pela Assembleia, nós sancionamos o projeto de lei, o projeto já estava consolidado e estava entregue aqui à Assembleia. E aí nós teríamos que fazer qualquer tipo de ajuste já na proposta orçamentária, com a manutenção daquilo que foi aprovado pela Assembleia. Mas o projeto considerou o PLDO e não a LDO, até por uma questão temporal. Nós sancionamos a LDO efetivamente somente após a entrega desse projeto e isso de fato refletiu nessa possível incompatibilidade.

Mas é importante também destacar que o que está colocado no Anexo de Metas não traz quantitativo de valores, ele traz metas físicas. Então não sabemos também o quanto custa fazer a execução dessas iniciativas. Eu acho que seria importante termos essa definição para que aquilo que foi aprovado e a quantidade de entregas que estão definidas no Anexo de Metas e Prioridades possa ter uma compatibilidade em termos de recurso, porque a proposta que foi feita para os Poderes e órgãos autônomos seguiu aquilo que também estava na LDO, dentro da regra que foi definida e que foi feita a proposta para 2026.

Então o que nós precisamos é qual é o custo efetivamente daquilo que foi colocado como prioridade no Anexo de Metas e Prioridades da LDO, creio que tenha sido mantido, para podermos mensurar o impacto disso na LOA e o que vai ser necessário para poder fazer esse tipo de ajuste.

A SR.^a LUZIANE CASTRO - Se me permitir, Presidente, só mais duas considerações. Sim, foi encaminhado aqui para esta Casa de Leis, então a gente pode também encaminhar para a Secretaria de Fazenda. E só gostaria também de reforçar, secretário, que nós encaminhamos também à Secretaria de Fazenda a nossa necessidade. Então, assim, hoje a Secretaria de Fazenda tem o conhecimento da necessidade da Defensoria Pública para que a gente siga com o nosso propósito, primeiro, de atender minimamente às necessidades, porque sabemos que esse orçamento que foi proposto aqui não supre nem o orçamento que a gente vai executar em 2025. Então a gente precisa de uma consideração melhor para que a gente tenha minimamente condições de trabalhar ou pelo menos iniciar os trabalhos no ano de 2026.

E com relação a esses valores do que foi votado na LDO e foi sancionado pelo governo, a gente vai fazer o encaminhamento então para a Secretaria de Fazenda, está bom?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Muito obrigada.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Só destaque... porque o processo, como ele está no âmbito do Legislativo, isso deverá ser feito, deverá ser obtido por processo de emenda, até porque o Executivo já não tem mais a prerrogativa do processo efetivamente, qualquer ajuste tem que ser feito, neste momento, por uma possível adequação por meio de emendas.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Qual o orçamento previsto para esses investimentos mínimos necessários para as atividades da Defensoria? A senhora tem um número aí disponível?

A SR.^a LUZIANE CASTRO - Só investimento ou valor total, Deputado? (RISOS)

O SR. JÚLIO CAMPOS - Não... valor total e depois... principalmente o investimento, que a senhora disse que vai ser previsto, de 500 mil reais, e 500 mil reais não se constrói nem...

A SR.^a LUZIANE CASTRO - De investimentos, nós apresentamos aqui para esta Casa de Leis para o ano de... porque inclusive nós fizemos a divisão, conforme o PPA também, em 2026 seriam 48 milhões e 75, com a previsão aqui de atendimento a núcleos, e foram especificados todos os núcleos, abrangendo tanto os nossos Econúcleos, que são aqueles núcleos sustentáveis, e também construções de maior porte, inclusive atendendo o Município de Várzea Grande, que é uma localidade que a gente tem uma necessidade urgente de fazer a construção do nosso prédio lá em Várzea Grande.

Então, para 2026, o valor seria na ordem de 48 milhões e 75 só da parte de investimentos.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Que é a prioridade?

A SR.^a LUZIANE CASTRO - Que é a prioridade de investimentos.

E na questão da manutenção, no ofício que nós encaminhamos para a Secretaria de Fazenda, nós apresentamos 300 milhões de despesa de pessoal e 204 milhões de outras despesas correntes.

O SR. JÚLIO CAMPOS - E foi agraciada com 397 total, só. Não é? Previsão.

A SR.^a LUZIANE CASTRO - Sim. É isso.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Então temos que apresentar emenda, hein, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Nós temos que... na verdade, sabe o que está acontecendo com isso aí? Você me desculpa, Ricardo, eu não gostaria de falar isso para você, eu gostaria de falar para o Gallo, ele quer que todo mundo fique com o pires na mão para ele, para depois ir lá pedir para ele: “Olha, vem aqui, eu vou te dar esse valor”.

Por que não colocar no orçamento?

Eu já tive essa discussão outras vezes, Avallone, aí ele fala assim: “Não, não coloca, depois eu resolvo, venha sentar comigo”. Ele é maior do que a Assembleia?

Então é isso que nós, Deputado Diego, nós temos que começar a olhar isso. Os orçamentos têm sido tudo assim, os orçamentos dos Poderes também não estão sendo... quando assusta faz um orçamento para o TCE, quando vem, vem outro totalmente diferente, vem com 200 milhões de diferença. Então isso é... por que não mandar então e já colocar aqui, fazer as coisas claras aqui dentro? Quer sempre que fica lá com o pires na mão: “Olha, doutor Rogério Gallo, primeiro-ministro do Estado, eu estou precisando...” Para que isso?

Então, eu acho que chegou a hora de nós corrigirmos essas distorções, está aqui dentro da Assembleia, Avallone, eu acho que nós temos que fazer essas correções aqui e fazer valer o que nós aprovamos aqui, e não a vontade do primeiro-ministro, o todo-poderoso do Estado de Mato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Grosso, comandante das Forças Armadas de Mato Grosso... (FALAS SOBREPOSTAS) ...de tudo ele é comandante, Rogério Gallo.

Eu vou abrir agora para os... aqui o Pedro Aquino.

O SR. PEDRO AQUINO - Bom dia; bom dia, Deputado Presidente Eduardo Botelho, Deputado Júlio Campos, Avallone, Ricardo, defensora e Deputado Diego Guimarães.

O meu nome é Pedro Aquino, estou presidente da ASSUT, Associação dos Usuários de Transporte Coletivo do Estado de Mato Grosso. Estamos aqui nesta comissão, nesta audiência pública, para a gente poder falar um pouquinho do transporte público e de uma preocupação que tomou a gente, graças e infelizmente... por um aumento na tarifa do transporte público intermunicipal em Santo Antônio, veio à tona um problema que desde o final do ano passado a gente tem tratado, no entanto a gente não encontrou muito apoio, mas a gente precisa falar, que é sobre o transporte público intermunicipal para os estudantes, para os alunos que fazem faculdade, que fazem 2º grau, no intermunicipal.

O Estado de Mato Grosso não tem gratuidade no transporte público municipal para os estudantes. E aí, com esse aumento que houve em Santo Antônio, e os alunos da Escola Técnica Federal de São Vicente, a maior Escola Agrícola da América Latina, acho que o Deputado Júlio Campos sabe disso, é a escola ali de São Vicente, vieram nos procurar e relatar o seguinte: que eles ficam... e todo mundo, não é segredo para ninguém, ficam pedindo carona na estrada para vir nos fins de semana; e pior, nos feriados prolongados, Deputado Avallone, eles não podem ficar lá, então eles têm que vir e eles ficam pedindo carona.

E, no ano passado, houve uma menina, que mora na divisa com o Estado de Goiás, que pegou uma carona com um caminhoneiro, foi molestada, estuprada na estrada, e não estudou mais, teve que sair da escola e passou... graças a Deus, não aconteceu uma coisa pior, porque daí, talvez, se essa menina tivesse sido morta, aí todo mundo iria tomar providências. “Não isso não pode acontecer”. Isso acontece há anos.

A mesma situação agora acontece em Santo Antônio. Santo Antônio de Leverger não tem faculdade, a faculdade é em Cuiabá. Então os alunos têm que vir estudar aqui. E, segundo informações lá de próprio Santo Antônio, cerca de 700 alunos estudam também nas escolas estaduais aqui em Cuiabá e em outros municípios próximos, e não têm condições de vir por serem extremamente pobres e não têm um incentivo. O Estado não dá subsídio, o município, pobre, não tem condições de dar subsídio. E aí até o Presidente, o Deputado Eduardo Botelho, falou: “Ah, nós vamos resolver o problema, fazer emenda”. Ora! Nós não podemos ficar resolvendo um problema crônico do Estado de Mato Grosso com emendas, fazer remendos, tem que se fazer uma lei. Por que estamos aqui? Porque aqui é a audiência pública para discutir o orçamento. Não foi colocado? Nós temos que colocar.

Mato Grosso é um dos únicos Estados... tem vários, mas é um dos únicos Estados que não têm a gratuidade no transporte intermunicipal para os alunos estudarem, o que é uma vergonha! O Estado é campeão do agronegócio. Mato Grosso eleva o PIB todo ano lá para cima no Brasil. Mato Grosso não tem uma política de gratuidade para os estudantes, principalmente os estudantes que estão estudando, por exemplo, na Escola Agrícola lá, para fazer o Estado ficar mais pujante ainda. Tem que se ficar pegando carona, o Estado do agronegócio, um dos Estados mais ricos do país, deixa os seus alunos ficando... pedindo carona e correndo aí as mais diversas situações.

Então nós estamos aqui, em nome dos estudantes intermunicipais, para que o Estado possa subsidiar. “Ah, mas isso aí é problema do município”. Não, é problema do Estado. O Estado tem que dar esse subsídio para esses alunos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Fazendo uma conta rápida aqui: são 310 mil alunos, defensora, no Estado de Mato Grosso, segundo o Estado, aluno do Estado. Se fôssemos dar gratuidade para todos esses alunos, a gente iria gastar pouco menos de 20 milhões por ano. Nós não estamos falando disso, nós estamos falando dos alunos que estudam intermunicipal, pobres, com renda de até dois salários mínimos.

Qual é a proposta aqui do Deputado Botelho? Até tem uma proposta aí, um projeto, Deputado, que a gente acha que tem que ser votado, com urgência urgentíssima, para ver se coloca no orçamento.

E aqui diz bem: alunos - para começar - da Baixada Cuiabana. E aqui tem elencado os municípios: Santo Antônio, Várzea Grande, Chapada... em Chapada, o pessoal faz cota para vir estudar. Tem aluno que, quando não tem como vir estudar, não tem cota, perde, repete de ano porque não tem condições de estudar.

Então fazer com que esse projeto, Deputado, seja votado com urgência urgentíssima e possa ser colocado no orçamento recurso para poder dar subsídio a esses alunos estudarem.

E uma situação mais séria, Deputado Avallone, é a seguinte: crianças PCDs, não tem uma lei no Estado que garanta o ir e vir para mães, crianças e para doentes, para todos os PCDs, não tem uma lei, a lei a que nós recorremos é uma lei federal.

E o que que acontece? As empresas que... aconteceu agora em Santo Antônio, falou: “Não, nós vamos suspender, porque não tem lei estadual, a lei que tem é federal, é só entre Estado, entre município não tem uma lei”. Ora! Aí usa esse artifício... e cortaram a gratuidade. Olha lá, estão lá as mães, e algumas vão falar que não estão conseguindo trazer seus filhos para tratar, por causa de não ter uma lei no Estado. Ora, então tem que ter!

Por isso que nós estamos aqui levantando essa problemática e vamos estar aqui e queremos... Porque se não tiver no orçamento, o que que vai acontecer? Aí, quando chegar... “Ah, nós não podemos dar essa gratuidade, porque não está no orçamento, não foi colocado no passado.” Então nós estamos falando agora para que seja. Porque é uma vergonha Mato Grosso, o Estado do agronegócio, ser o único Estado que deixa os seus filhos pedirem carona para poderem estudar e para poderem se formar.

É isso.

O SR. CARLOS AVALLONE - Olha, eu queria, só para ajudar no que você está falando, primeiro parabenizar o Deputado Botelho pela proposta de lei, lógico que vai ter o apoio de todos nós para aprovar o mais rápido possível.

Segundo, eu, a pedido até de vocês, fiz aquela consulta à Ager, e o valor de Santo Antônio é de 36 mil por mês, para resolver todos os problemas desses que ele colocou, inclusive lá da Agrícola, 36 mil por mês.

Então houve um desentendimento...

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO FALA COM O SR. CARLOS AVALLONE.)

O SR. CARLOS AVALLONE - É fora.

Então, só dos PCDs e dos alunos de Santo Antônio, um valor de 36 mil por mês resolve todos os problemas de Santo Antônio. Quer dizer, é brincadeira deixar sem estudar, sem condições, sem dar esse apoio.

E me parece que teria até uma proposta em andamento, que não é só do Botelho, mas essa está demorando. Nós temos que aprovar essa do Botelho urgentemente para poder forçar com que o Estado nos ajude a resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu vou abrir para outro falar já, depois nós falamos tudo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Daniele Alencar.

A SR.^a DANIELE ALENCAR - Bom, cumprimento a todos, as autoridades, muito bom dia, e a todos que estão aqui participando desta audiência.

Primeiramente eu gostaria de saber se nesta Casa de Leis tem alguma oportunidade de eu colocar um vídeo, é muito breve, só mesmo para vocês terem uma dimensão do que a gente está passando. Se não tiver como, eu peço para a câmera dar um *zoom* no meu celular, qualquer coisa... mas enfim.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não sei se tem, porque está sendo transmitido ao vivo, então...

A SR.^a DANIELE ALENCAR - É, se tivesse a possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Teria que ter conversado antes, pedido, eles colocariam, mas agora não dá mais tempo. Na próxima, a gente prepara e coloca.
(A SR.^a ASSISTENTE DE CERIMONIAL FALA COM A SR.^a DANIELE ALENCAR.)

A SR.^a DANIELE ALENCAR - Está ótimo. Eu mando no *WhatsApp* para vocês. Está aqui. Qual é o número?

(A SR.^a DANIELE ALENCAR ENTREGA O CELULAR PARA A SR.^a ASSISTENTE DE CERIMONIAL.)

A SR.^a DANIELE ALENCAR - Eu preciso desse vídeo para vocês terem uma dimensão do que está acontecendo, porque às vezes aqui neste ambiente climatizado, com as poltronas maravilhosas, todos, de repente, vieram de carro, eu não tive essa oportunidade ainda, mas nós somos esforçados, o pessoal da nossa cidade, todos nós somos muito esforçados, nós estudamos muito. E eu queria que vocês tivessem uma dimensão de como está a situação do transporte público coletivo de Santo Antônio.

(A SR.^a ASSISTENTE DE CERIMONIAL DEVOLVE O CELULAR À SR.^a DANIELE ALENCAR.)

A SR.^a DANIELE ALENCAR - Tá. Tudo bem, não tem problema.

Bom, estamos aqui hoje nesta audiência pública para debater a essencialidade do transporte público intermunicipal, mas, acima de tudo, para fazer um apelo urgente à humanidade, à equidade e à justiça social.

A recente retirada dos benefícios do passe-livre para pessoas com deficiência, PCDs, e do desconto de 50% para estudantes não é apenas um reajuste tarifário, é um golpe duro no futuro e na dignidade da nossa cidade. Falamos de vidas que já enfrentam batalhas diárias imensuráveis.

Em nossa cidade, Santo Antônio de Leverger, a oferta de tratamento especializado na UDR (Unidade Descentralizada de Recuperação) é tristemente insuficiente. Meu filho, como muitas outras crianças autistas e PCDs, é obrigado a buscar terapia vital em Cuiabá.

E é por esse motivo que nós estamos aqui, porque muitas crianças autistas, muitas crianças PCDs, muitos jovens e adultos PCDs estão passando por uma situação muito difícil de tratamento e precisam vir aqui em Cuiabá para ter essa dignidade, porque é um direito que nós temos, de saúde. E por isso que nós estamos fazendo esse apelo à saúde, porque nós precisamos, ninguém aqui, eu acredito que todos sejam pais, de repente até mesmo avós, é uma triste realidade nossa de colocar os nossos filhos nessa situação de não ter o transporte público, o meio que nos traz para ter o tratamento.

Muitas mães sequer podem trabalhar, pois precisam se dedicar integralmente às terapias e cuidados dos filhos. Ou seja, como que uma mãe vai trabalhar, sendo que ela precisa estar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

todos os dias levando o filho para fazer tratamento? Então essa mãe já não consegue trabalhar. Estudar pode até ser que consiga, algumas delas, quando a criança estiver dormindo.

Enfrentamos rotinas exaustivas, onde a simples alimentação é um desafio. O banho pode ser uma crise de choro. São limitações gigantescas que testam nossa resiliência a cada instante. É pedir muito que essas famílias já sobrecarregadas tenham o benefício do passe-livre? Não estamos pedindo privilégio, estamos clamando pelo mínimo de equidade. O passe-livre não é um luxo, é o único caminho para que essas crianças e adultos tenham acesso aos tratamentos que garantem a elas um mínimo de qualidade de vida e desenvolvimento. É o único meio de diminuir a dor e o peso que carregamos todos os dias. Será que a nossa cidade pode se dar ao luxo de negar acesso à saúde aos cidadãos mais vulneráveis?

E quanto aos estudantes, nossos estudantes, a esperança de Santo Antônio de Leverger? São os futuros médicos, empresários, educadores, líderes, que poderão um dia contribuir para o crescimento e o desenvolvimento de nossa terra. O aumento para o valor integral da passagem está sufocando esses jovens.

Vemos, com tristeza e preocupação, estudantes pedindo carona na estrada, se expondo a riscos desnecessários, apenas para conseguir seguir com os seus estudos. A dificuldade de acesso à educação superior ou técnica em Cuiabá não é mais uma questão de mérito, mas, sim, de condição financeira. Estamos com essa medida, cortando as asas do futuro da nossa juventude.

Além do drama social, a qualidade do serviço é inaceitável. Trabalhadores, pais, mães e estudantes sofrem diariamente com quebras constantes dos veículos, causando atraso no serviço... porque trabalham em Cuiabá; e nas consultas médicas, chegada tardia em casa, porque... como que você vai embora se um ônibus quebrou? Não tem como ir embora no horário que você precisa. Então acontece que essas pessoas, que já trabalharam o dia inteiro, chegam muito tarde em casa, aumentando o cansaço e diminuindo o tempo de convívio familiar.

Pagar o valor integral por um serviço deficiente, que falha com o cidadão e coloca em risco sua rotina, é lamentável.

Então, Excelências, é fundamental que a gestão e os legisladores se unam em defesa dessa população. Nós precisamos de ajuda.

Restabelecimento imediato e integral do passe-livre para estudantes e PCDs, garantindo o direito fundamental à saúde e à dignidade, fiscalização rigorosa e cobrança por uma frota de qualidade.

Nós cidadãos de Santo Antônio de Leverger pedimos que esta audiência seja o ponto de virada. Olhem para nossas crianças e para nossos jovens. Assegurar o direito ao transporte é garantir o direito à saúde, à educação e, em última instância, à esperança.

E nós tivemos uma audiência recente lá em Santo Antônio de Leverger, no dia 30, onde foi debatida essa questão, e a empresa, a Ager, ela alegou que não existe uma lei estadual para os PCDs, e então foi retirada a gratuidade.

E nós queremos aqui pedir, clamar para vocês, que vocês coloquem no orçamento os nossos PCDs e os nossos estudantes. Porque nós não estamos vindo para Cuiabá para passear, nós estamos pedindo por algo que é vital, a saúde e o estudo. Porque nós temos pessoas muito carentes na nossa cidade, pessoas que precisam realmente crescer e têm vontade, têm força, querem estudar, querem se dedicar, mas nós precisamos dos meios para a gente conseguir isso.

Eu mesma, apesar do meu filho ser autista e eu não poder trabalhar, eu sou uma estudante. “Ah, você estuda para quê?” Eu estudo para concurso. Porque o tempo que eu tenho eu estou estudando, porque eu quero mudar de vida. Eu quero uma vida melhor para o meu filho e estou

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

aqui pedindo, porque não é fácil ser mãe de uma criança autista. Vocês estão aqui sentados nesse lugar, mas vocês não sabem o que essas mães estão passando, o que que esses PCDs, que precisam de tratamento, estão passando. (EMOCIONA-SE) Todos que estão aqui não sabem a dificuldade que é. E eu me esforço para estudar, nem venho para Cuiabá para estudar, venho somente para o tratamento do meu filho, mas os meus irmãos, eles também precisam de estudo, e isso está tirando a nossa dignidade. Porque quando você não tem oportunidade do meio de transporte para você conseguir estudar, já é difícil, já é longe, já é muito cansativo vir para cá.

Então nós estamos pedindo que vocês olhem para a nossa situação, vocês olhem para a nossa cidade, está bom?

Muito obrigada. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Daniele.

José Carlos Bazan.

O SR. JOSÉ CARLOS BAZAN - É uma delícia participar dessas reuniões, e é uma delícia escutar o gestor falar que realmente é esplêndida a questão da transparência pública. É admirável. Realmente adoro quando vocês fazem explanações e, assim, a explosão que é essa transparência pública.

Mas vamos lá.

Quando é apresentado para nós um orçamento... ele deixou bem claro que ele nos apresentou um orçamento conservador. O que que é um orçamento conservador? Então é - nas piores situações - como que o orçamento vai se comportar. Eu acredito que seja isso.

Mas, como membro do Conselho Estadual de Saúde, nós constatamos, de 2023 para 2024, que era no final do PPA de 2023 e o novo PPA, a mortalidade infantil teve, sim, um aumento simples de 40%, e esta Assembleia está calada até agora.

Como era um orçamento conservador, a gente supõe ou supunha que esse orçamento crescido, ajustado, pudesse ajudar a combater essa mortalidade. Isso não aconteceu, isso não aconteceu por questão de prioridades.

Quando nós aqui na Assembleia aprovamos a LDO e aprovamos uma LO, nós dizemos onde que vai ser aplicado um orçamento conservador. O gestor então tem, no momento de consolidação desse orçamento, carta branca para achar onde que deve ser aplicado. Mas em nenhum momento, em nenhum momento nós aqui discutimos um orçamento não conservador.

Eu vejo, a toda hora, na apresentação: “médio prazo, longo prazo, prazo legal”. Então, essa informação nos é apresentada. Isso, a gestão não está fugindo disso, mas assim como foi apresentado hoje para nós o orçamento conservador, eu acho que na próxima audiência, nós temos que ter apresentado um orçamento otimista, apresentar para nós “o orçamento... (TRECHO INCOMPREENSÍVEL) é esse, e um orçamento otimista é esse”, para que gente possa entender.

E, na hora da suplementação dos recursos, estarem muito atentos, porque há alguns conselhos que atuam e reivindicam algumas prioridades a serem aplicadas no orçamento conservador.

Então é isso que a gente pede encarecidamente, a transparência é gritante. Parabéns por isso, e isso deve ser mantido.

Em relação ao transporte escolar... interessante, né? A Secretaria de Educação tem um Programa de Transporte Escolar, mas que raios de alunos é esse? O município, ou os municípios, ou no caso de Cuiabá, paga o transporte escolar dos alunos da rede de 2º grau, paga o transporte escolar dos alunos das universidades públicas e privadas. Paga. Eu pago.

Se o orçamento do Estado na educação tem a previsão de transporte escolar, por que não, raios, nesse otimismo, possa isso ser levantado?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Por último, o senhor Antônio Joaquim, do Tribunal de Contas, apresentou uma série de discussões no último relatório dele sobre a questão dos incentivos fiscais. Ele faz quatro contestações, e uma delas é que o desenvolvimento regional não estava sendo respeitado.

Essas considerações, a Assembleia vai escutar, o gestor vai escutar? Porque ele não teve tempo de participar das audiências públicas, que o gestor o fez e que agora a Assembleia Legislativa o faz. Então acho que na segunda reunião, o Tribunal de Contas tem que nos apresentar o relatório final deles, que já foi aprovado pelo Tribunal de Contas, não é mais do senhor Antônio Joaquim.

Eram essas as considerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado.

Bom, eu quero só colocar aqui o seguinte: essa discussão do transporte, ainda que ela seja muito importante neste momento, mas a discussão da LOA é mais referente ao orçamento. E, para nós colocarmos isso no orçamento, nós temos que ter a lei aprovada para que nós possamos ter subsídio para nós a colocarmos no orçamento.

Eu estava dizendo até... essa questão de... só para esclarecer, em respeito a vocês que vieram aqui lá de Santo Antônio, que Santo Antônio, Avallone, é um caso diferenciado, ele é praticamente uma extensão de Cuiabá. As pessoas trabalham, muitas pessoas inclusive que trabalham aqui moram lá em Santo Antônio, então ele tem esse trajeto aí.

Eu até sou a favor de no futuro nós criarmos aqui, como já foi feito em Fortaleza, a Região Metropolitana, e ter tudo... um sistema integrado e um sistema de tarifa integrado e ter as mesmas condições. Por quê? O que que acontece? As pessoas que estudam lá em Santo Antônio, elas não têm direito, elas não têm direito à integração aqui em Cuiabá.

Eu acho que tem que ter essa integração. Porque ele vem de Santo Antônio, ele vai chegar até no centro, ele tem que andar para algum ... ele tem que ter essa integração. Então nós temos que resolver isso através de criar essa Região Metropolitana, Sebastião, para ter a mesmas condições para eles de quem mora em Cuiabá, como já está sendo feito em várias cidades grandes, Goiânia faz isso também, com Aparecida, com aqueles municípios tudo em volta ali, e tem essa integração e nós também temos que ter aqui.

E aqui, eu fui surpreendido também com essa aplicação da lei, que não era aplicada até agora. O que que aconteceu? Estavam usando o sistema de Cuiabá. Cuiabá percebeu que ela estava pagando, evidentemente, uma tarifa que não é deles, eles pediram para tirar esse sistema da conta. Quando tirou, a Ager entendeu que eles não têm lei para continuar deixando as pessoas andarem, e determinou que as empresas... as catracas só abram para dois de cada vez. E aí cria um problema, se entram três idosos... “Ah, não pode, um tem que descer”. Se tem as pessoas portadoras de deficiência, mesma coisa; estudante, pior, estudante não tem lei nenhuma, então eles têm que pagar integral. Então é um problema que precisa ser resolvido.

A princípio, nós temos uma reunião marcada para segunda-feira, com a prefeita de Santo Antônio, com a Ager, porque ela está concordando em pagar esses valores que não são tão grandes, e até eu fiz um compromisso com ela de ajudar, destinando emendas, para que se resolva esse problema logo e de imediato. E ela concordou com isso, ela está pronta para resolver isso.

Então nós vamos achar uma solução, mas a lei nós precisamos aprovar. E aí nós precisamos convencer o governo a não recorrer contra essa lei. E por quê? Porque se ele recorrer, ele pode derrubá-la, porque ele fala que nós não podemos fazer nada que crie despesa para o Executivo. Então é algo que nós vamos ter que negociar também politicamente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

O governador Mauro Mendes não é favorável a essas questões de subsídio, não é, a gente entende, a posição dele sempre foi clara, que ele é contra os subsídios, gratuidade, ele não é favorável a isso. Então, mas eu acho que com uma discussãozinha política nós podemos conseguir, né, Avallone? Os valores são pequenos, não são grandes. Então, eu acho que essa é a luta.

Bom, então, encerrando essa questão aqui da LOA, se alguém quiser dizer mais alguma colocação.

O SR. CARLOS AVALLONE - Eu só queria aproveitar o depoimento emocionante feito pela Daniele - é Daniele, né? - para registrar, neste momento também aqui da LOA, que o Estado, nós começamos a dar uma certa assistência para as crianças que têm qualquer tipo de problema, vamos chamar de problema, que não é nem uma palavra certa, são crianças especiais, que nem isso mais é, tem uma outra denominação.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Atípicas.

O SR. CARLOS AVALLONE - Atípicas.

Obrigado, secretário... eu estou chamando de secretário também, Sebastião... mas, assim, atípicas.

Estamos começando, está tendo uma legislação pensando... mas as legislações, Eduardo Botelho e Sebastião Rezende, não pensam nas mães. E olha, o depoimento da Daniele faz com que a gente reflita que as mães estão em sofrimento. E isso tem uma constatação que me envergonha como homem: 83% dos casais que têm filhos atípicos, só a mulher cuida, 83%. Eu queria entender onde que a nossa sociedade... está escrito em lei, em alguma coisa, que quando tem uma criança atípica é a mulher que é culpada ou é a mulher que vai cuidar. Mas é uma realidade.

Hoje de manhã eu fui parado aqui na frente por um senhor, um rapaz, e ele falou: "Olha, eu tenho dois filhos atípicos e eu estou cuidando". Eu não sei nem se ele está casado ou junto com a mulher, mas ele está ajudando, cuidando, participando. E ele foi lá para o meu gabinete porque ele falou que uma das crianças fez um mês que não dorme, porque está em uma crise de "hiper" alguma coisa. Imagina como está essa mãe que tem dois filhos?

E dizer assim: esses problemas são tão graves, que quando tem um problema de transporte, você... tem que levar ao desespero mesmo uma mãe que já está passando por esse sofrimento, essa falta de apoio, e aí de repente uma coisa que parece mínima para quem está aqui sentado, como ela disse, mas que para ela e para as crianças e para os irmãos é um problema tão grave.

Então, assim, eu sei que o governador pode ter um problema de... como disse o Eduardo, mas eu tenho certeza de que nesse caso não vai ter, esse caso é um caso que nós temos que - sabe? - agir rápido.

Botelho, se precisar de emenda para ajudar eu ponho junto, não tem... sabe? Nós temos que resolver isso com muita rapidez, sabe? Não dá para uma situação dessa passar impune, passar sem uma ação rápida nossa.

Parabéns, Botelho, com tantas informações, por você ter feito já o projeto de lei. Vamos correr. Eu conversei com o cara da Ager, ele falou que tem um que ele mandou para o Estado, que o Estado está mandando um para cá, mas aí a gente sabe como que funciona, vai enrolar, não vai chegar, vamos fazer logo o nosso e depois, se tiver outro, que venha, não tem problema nenhum, nós só queremos fazer com que aconteça. Então, mais uma vez, eu o parabeno pela iniciativa.

E quero dizer, Daniele, conte com a gente, nós estamos aqui com uma Câmara Setorial Temática, nós precisamos conhecer todos esses problemas, sabe? Eu lembro que nós, Deputados, temos uma característica que é, assim, eu sou engenheiro, ele é professor, é engenheiro também, o Sebastião é engenheiro, e nós temos cada um uma característica aqui, e nós temos que... às

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

vezes, chegam todos os problemas do Estado. Nós não conhecemos todos os problemas, mas ao chegar para nós, nós somos os ouvidores do Estado. Quem ouve o Estado não é o Executivo, é o Legislativo, é aqui que chega tudo, sabe? Então aqui que é... o sentimento nasce aqui, por vocês que nos fazem a sensibilização.

Então, contem com a Assembleia. Eu sei que eu posso falar em nome dos 24 que estão aqui, isso é uma questão, assim, que nós estamos todos muito preocupados, e nós vamos ajudar, não só você, vamos ajudar Santo Antônio, nós vamos ajudar todos os que estão precisando.

Contem com a gente!

Parabéns, Eduardo Botelho, mais uma vez pela iniciativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Avallone.

O Deputado Sebastião vai querer usar a palavra ainda. Eu só peço para o senhor que seja rápido.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Bem rápido.

Só para desculpar, Deputado Botelho, eu fiz todo o esforço para estar às 9 horas aqui. Infelizmente, na estrada eu tive uma dificuldade nessa rodovia e, infelizmente, não consegui chegar no horário, que eu gostaria de ter participado de toda a nossa reunião aqui, mas ficam os nossos cumprimentos à nossa defensora-geral, ao Avallone e a você, ao Capistrano, e em seu nome a toda a Secretaria de Fazenda. O Capistrano tem realmente nos atendido bem ali na Secretaria, não é? Infelizmente não tem poder para decidir, né, Botelho? Eu sei que ele tem limitações, mas dentro do possível tem feito.

E aqui nós estamos com os nossos companheiros de Santo Antônio de Leverger. E, como o Avallone disse aí, o depoimento da Daniela realmente emocionante, eu vivencio isso. Eu tenho... minha irmã é psicóloga em Rondonópolis e tem três filhos autistas, três filhos, os três filhos dela são autistas. E eu sei o quanto é difícil, não é fácil. Ela, inclusive, com muito sacrifício, um dos filhos, o primeiro, conseguiu se formar médico, é um médico autista, um autista leve.

Mas eu sei da dificuldade que é, e eu entendo que, inclusive, eu acompanhei muito de perto essa questão de legislação para transporte de pessoas com deficiência, Avallone, e eu achei até que isso já estava consolidado no nosso Estado. Quer dizer, uma pena, e eu penso que isso precisa ser feito, porque é inadmissível que as nossas, não só crianças, mas as pessoas com deficiência, qualquer deficiência, não tenham garantido o transporte intermunicipal. Quer dizer, ela precisa sair de Santo Antônio, vir a Cuiabá - e o Estado inteiro -, e não tem essa garantia, e do acompanhante, não só da pessoa com deficiência, mas o acompanhante. Realmente, isso é algo que precisa ser visto com relação ao transporte interestadual (*sic*) para alunos.

Nós estávamos aqui ouvindo, nós temos... a Seduc trabalha com transporte municipal, tudo que é da rede, dentro do município, há esse programa. Agora, quando o aluno precisa ir para um outro município, ele não tem esse trabalho.

E nós precisamos fazer um estudo, Botelho, enquanto Assembleia Legislativa, do que é possível fazer para que todo o estado possa ser atendido, principalmente aí, porque nós temos os alunos que estão nas Escolas Agrícolas, que precisam no fim de semana ir, e depois não tem como ir, como é que vai? Não tem recurso.

E tem também os nossos alunos do ensino superior, que também têm a mesma dificuldade, as prefeituras sem recurso, como é que vai bancar esses alunos? Precisa fazer cota, olha a dificuldade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Então, acho que nós temos uma série de situações que nós realmente precisamos trabalhar.

E eu falo aqui... e o meu desejo era ter chegado cedo, porque eu queria falar bastante, Botelho, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso, então, assim, são ações que nós precisamos fazer. E este momento de discutir o orçamento é um momento propício, porque é talvez a única oportunidade que nós temos, Deputado Botelho, Deputado Avallone, de falar no orçamento do Estado. Nós não temos outra oportunidade, este é o momento.

E eu quero aproveitar até a oportunidade, Capistrano, e perguntar para você, Capistrano, só para você me informar, o que neste ano teve de recurso para... a nossa defensora-geral já falou da Defensoria, das demandas que ela tem, e aí obviamente nós somos parceiros sempre da Defensoria, entendemos a importância que tem.

Agora eu queria... nós temos uma Frente Parlamentar aqui em defesa da implantação do Câmpus da Unemat em Rondonópolis. Eu estou aqui desde 2003, e eu fico preocupado, Botelho, será que eu vou sair da Assembleia Legislativa, enquanto Deputado, e não vou ver o câmpus implantado em Rondonópolis, Botelho?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Você não vai, porque você vai ter mais uns dez mandatos aí. (RISOS)

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Eu fico... eu não consigo entender essa situação, não consigo entender, desde 2003, batendo nessa tecla, e “nós estamos estudando, estamos estudando” e vai estudar igual você está falando, vai estudar a vida inteira e não vai ter definição.

Então eu só precisava saber, Capistrano, só para você me informar: o que que nós tivemos de orçamento da Unemat neste ano e o que que está previsto para 2026?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Capistrano, você responde para ele, eu vou passar para o Avallone, para ficar comandando aqui. Eu vou ter que sair, mas já agradeço a sua participação, você sempre técnico, sempre muito solícito e muito educado para atender os Deputados, então eu agradeço aqui, em nome de todos os Deputados.

Cumprimento também a Luziane. Nós estamos aqui realmente para garantir que os orçamentos sejam justos para todos os órgãos.

Cumprimento todos vocês de Santo Antônio que vieram, nós estamos trabalhando nessa lei, estamos marcando essa audiência, essa reunião, segunda-feira, para nós chegarmos a algo bem rápido e depois a lei vai ser algo mais abrangente, mas criar uma solução paliativa aí, junto com a prefeitura, para resolvermos isso.

Então é isso, pessoal.

Meu muito obrigado.

A sessão da CCJ... comunico que a sessão da CCJ vai ficar para amanhã, às 9 horas, tendo em vista que nós estamos terminando tarde, meio cansados. Então amanhã nós temos a sessão da CCJ, das 9 horas em diante.

E eu passo para o Avallone para conduzir.

(O SR. CARLOS AVALLONE ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO - Só respondendo à pergunta do Deputado Sebastião, o orçamento da Unemat para o próximo ano, ele é de pouco mais de 600 milhões, o que está programado. Nós devemos fechar este ano com cerca de 597 milhões. E eu recorro que anteriormente nós já havíamos discutido algo relacionado a essa demanda. E aí fica aqui

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

o meu compromisso de me atualizar em relação a isso, porque isso aí já foi objeto de alocação de recursos, mas eu não sei como que isso se desdobrou.

Eu sempre falo e converso com os Deputados justamente esse alinhamento entre viabilizar recurso e consolidar a política pública ou a iniciativa propriamente dita a partir do órgão. Então fica aqui o meu compromisso até de me atualizar em relação ao que ele programou especificamente voltado para essa finalidade, não só em 2026, mas em 2025, se houve algo também para isso.

Mas o orçamento da Unemat é de pouco mais de 600 milhões para o próximo ano.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Deputado Avallone, assim, as conversas que a gente tem na Frente Parlamentar Pró-Câmpus Já da Unemat, em Rondonópolis, é que eles teriam uma necessidade de um incremento de uns 100 milhões para implantar.

Então, assim, eu acho que nós precisamos... e aí é o apoio de Vossa Excelência e dos demais Deputados nesse sentido, que compõem e sabem do quanto isso é importante, ali é a segunda maior economia do Estado, é realmente inadmissível. Nós já temos estrutura física, está funcionando lá, mas é um núcleo de Alto Araguaia, com dois cursos, apenas dois cursos regulares, então é inadmissível isso. E nós precisamos fazer esse trabalho.

É neste momento, Deputado Avallone, que nós falamos no orçamento, nós não temos outra oportunidade, enquanto Deputado Estadual e Deputados Estaduais, e aí nós precisamos fazer esse trabalho juntos para ver se a gente consegue um meio de trabalhar esses 100 milhões e resolver esse problema em um Estado que tem uma projeção, eu acredito que de 50 bilhões para o ano de 2026, não é mais ou menos isso?

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Ele colocou 43, né? Nós estamos achando que vai ser um pouco mais.
(FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Com certeza, 50 bilhões.

Aí você pega e deixa um município que tem 300 mil habitantes, e daí, porque faltaram 100 milhões... e uma população de alunos carentes que não têm onde fazer o curso superior, numa região que tem quase um milhão de habitantes. Então assim é realmente lastimável, e a gente precisa corrigir isso, e aí, tanto nós aqui da CCJ quanto Vossa Excelência, da Comissão de Fiscalização e Orçamento, agora é o nosso momento de trabalhar nesse sentido.

Mas, muito obrigado, Capistrano. Já reitero a gratidão que tenho pela sua presteza sempre em nos atender em todo momento, não é, Avallone? A gente liga para o Capistrano e ele atende ao telefone. O Deputado não liga para secretário para conversar fiado ou para pedir algo pessoal, você liga para secretário para pedir explicação, como representante da população mato-grossense, aqui todos tiveram votos. Então às vezes você liga, e o camarada não atende ao telefone, não retorna. E aí como é que você vai passar informação, no meu caso, para aproximadamente 37 mil eleitores? Eu falo dos que votaram em mim, e aqueles que não votaram e que recorrem a gente também?

Então, veja a dificuldade, às vezes a gente tem dificuldade, enquanto Deputado, até de ter esse...

E eu agradeço quando o secretário é solícito e nos atende, viu, Avallone?

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Concordo com você. É impressionante a capacidade do Capistrano de atender ao telefone e de resolver também (RISOS), não é só de atender, não, que ele sempre tem a resposta a nos dar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 04 DE NOVEMBRO DE
2025, ÀS 09H.

Parabéns, Capistrano, já lhe agradeço em nome de todos da Sefaz, e sempre reconhecendo o belíssimo trabalho que vocês executam. Podemos até não concordar às vezes com o valor do orçamento e tal, mas o trabalho é muito bem executado.

Quero me colocar à disposição do Deputado Sebastião Rezende e reconhecer que ter 38 mil votos não é para qualquer um. (RISOS) Parabéns pelos 38 mil votos! E eu espero um dia chegar lá, viu, Sebastião?

E dizer para a Defensoria, para a nossa defensora, que conte sempre com a Assembleia, nós vamos estar nessa luta junto também com a Unemat, lá em Rondonópolis.

Um abraço a cada um de vocês, muito obrigado pela presença.

Agradeço à TV Assembleia, à Rádio Assembleia, a nossas equipes aqui que nos deram assessoria, tanto na informática como no cerimonial e no acompanhamento das consultorias e principalmente a cada um de vocês que estiveram com a gente aqui.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

(ENCERRA-SE A AUDIÊNCIA PÚBLICA.)

Revisão: Carmem Elvina Santos Araújo Gaiotti;

Ivone Borges de Aguiar Argüelio.

SSL
Secretaria de Serviços Legislativos



ALMT
Assembleia Legislativa